



1
A
AE

DATA DA REUNIÃO: VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E SETE-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO-----

PRESIDIU: O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS-----

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – PRESENTE-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – PRESENTE-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE-----

VEREADOR DR. JOSÉ ANTÓNIO MAIA PEREIRA – PSD – PRESENTE-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E DEZ MINUTOS-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 65.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Vice-Presidente deu conhecimento da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de doze de Setembro último, que decidiu aprovar o estudo de quantificação referente aos trabalhos de escavação efectuados na empreitada denominada “Remodelação e Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais no Vale do Ave – Rede de Drenagem de Águas Residuais à freguesia de S. Tomé de Negrelos – 1ª Fase”, que implicou um custo adicional da empreitada no montante de 62 251,13 € (sessenta e dois mil duzentos e cinquenta e um euros e treze cêntimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade M. Couto Alves, S.A., pelo preço inicial de 756 033,97 € (setecentos e cinquenta e seis mil e trinta e três euros e noventa e sete cêntimos), por deliberação do referido Conselho de Administração de um de Julho de dois mil e cinco, da qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião de vinte e oito de Setembro do mesmo ano.-----

b) Para conhecimento da actividade da Câmara Municipal, o Senhor Vice-Presidente deu também conhecimento dos despachos a seguir referidos, proferidos pelo Senhor Presidente ao abrigo de competência própria:-----

- despacho de vinte e um de Setembro último, que adjudicou à sociedade Jorge Pinheiro Rodrigues, Lda. o contrato de prestação de serviços para a elaboração do “Projecto de Execução da requalificação urbana da cidade de Santo Tirso – Praça Camilo Castelo Branco e Ligação da Rua



Zulmira Azevedo à Rua do Picoto”, pelo preço de 63 672,18 € (sessenta e três mil seiscientos e setenta e dois euros e dezoito cêntimos), mais IVA;-----

- despacho de oito do corrente mês de Novembro, que adjudicou à sociedade Bernardino Pacheco Nunes, Lda. a empreitada de “Recuperação do Edifício dos Paços do Concelho”, pelo preço de 114 561,88 € (cento e catorze mil quinhentos e sessenta e um euros e oitenta e oito cêntimos), mais IVA.-----

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 22 Fl.
28 de Novembro de 2007

4

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Silva', written over a large, faint circular stamp or mark.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

5

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/NOVEMBRO/2007 – ACTA Nº 22

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (14/11/2007)
- 2 – Processo Disciplinar instaurado à funcionária Fátima Conceição Pinheiro de Sousa: Decisão
- 3 – Processo de consulta para contratação de um auditor externo em cumprimento do disposto no artº 48º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais): Nomeação
- 4 – Juízes Sociais: aprovação da respectiva lista
- 5 – Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAES: 2ª Alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos: aprovação
- 6 – Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso: Proposta de contratação de um empréstimo a longo prazo para financiamento complementar do projecto de “Rede de Drenagem de Águas Residuais às freguesias de Areias, Lama, Palmeira e Sequeirô – 2ª fase”
- 7 – Museu Municipal Abade Pedrosa – Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva: aprovação
- 8 – Doação ao município de pinturas – aguarelas da autoria de Avelino Leite: aceitação
- 9 – Proposta de atribuição de subsídios às entidades gestoras dos refeitórios escolares de estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, para despesas de funcionamento dos respectivos refeitórios



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

6

- 10 – Proposta de atribuição de subsídio a Agrupamentos de Escolas para despesas com o aquecimento de escolas do ensino básico
- 11 – Outros subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 23 de Novembro de 2007

O Presidente,



A
[Handwritten signature]

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (14/11/2007).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia catorze do corrente mês de Novembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A', located in the top right corner of the page.

2. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO À FUNCIONÁRIA FÁTIMA CONCEIÇÃO PINHEIRO DE SOUSA: DECISÃO-----

Presente novamente o processo disciplinar nº 2/2007, instaurado à funcionária Fátima Conceição Pinheiro de Sousa, auxiliar de acção educativa, aberto por despacho do Presidente da Câmara de três de Setembro último, do qual, em execução da deliberação camarária de catorze do corrente mês de Novembro (item três da respectiva acta), consta novo relatório final da instrutora, de vinte e três do corrente mês de Novembro, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais, onde se mantém a proposta de aplicação da pena de suspensão, pelo período de oitenta dias, cujo cômputo deverá ter em consideração o tempo já decorrido de suspensão preventiva, aplicada por deliberação camarária de cinco de Setembro último (item onze da respectiva acta).-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aplicar à funcionária a pena de suspensão, pelo período de oitenta dias.-----

A presente deliberação foi tomada por escrutínio secreto, de harmonia com o previsto no nº 3 do artº 90º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

No final da votação, o Senhor Vice-Presidente declarou que a presente deliberação se fundamentou nos aludidos relatórios de vinte e três do corrente mês de Novembro e vinte e três de Outubro findo, que aqui se dão por inteiramente transcritos para todos os efeitos legais.-----



9
A
[Handwritten signature]

3. PROCESSO DE CONSULTA PARA CONTRATAÇÃO DE UM AUDITOR EXTERNO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTº 48º DA LEI 2/2007, DE 15 DE JANEIRO (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS): NOMEAÇÃO-----

Presente o processo administrativo de Consulta Prévia nº 19/2007, tendo por objecto a prestação de serviços de auditoria externa às contas do município de harmonia com o previsto no artº 48º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).-----

Foram consultadas as seguintes entidades:-----

- KPMG & Associados, SROC, S.A.;-----
- Abílio Azevedo, António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira, SROC;-----
- Henrique Duarte & Gonçalves, SROC;-----
- Horwath & Associados, SROC, Lda.; e -----
- PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de

Contas, Lda., todas com sede no Porto.-----

Do processo consta informação final de sete do corrente mês de Novembro a propor a adjudicação da prestação de serviços à sociedade Horwath & Associados, SROC, Lda., pelo preço de 18 000,00 € (dezoito mil euros), de acordo com o parecer técnico do Dr. Rui Rosário, consultor desta Câmara Municipal nas áreas de Contabilidade Autárquica, Fiscalidade e Finanças, anexo àquela informação, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse propor à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade Horwath & Associados, SROC, Lda. como auditor externo das contas do município, com as competências previstas no nº 3 do referido artº 48º da Lei das Finanças Locais, nos termos da proposta apresentada pela identificada sociedade e das condições jurídicas constantes do respectivo procedimento.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Reunião: ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

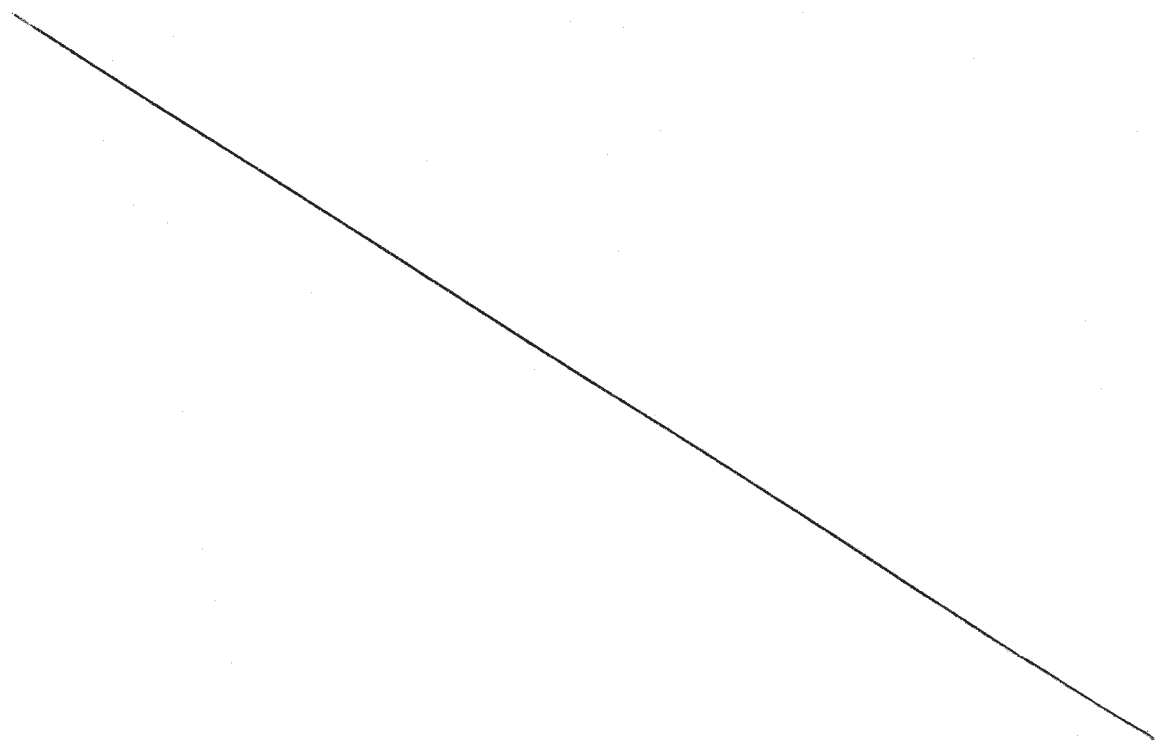
4. JUÍZES SOCIAIS PARA AS CAUSAS DA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE MENORES: APROVAÇÃO DA RESPECTIVA LISTA-----

Presente officio de vinte e nove de Maio de dois mil e seis, do Tribunal Judicial de Santo Tirso, 1º Juízo Cível, registado com o número oito mil duzentos e noventa e seis, a solicitar o envio da lista dos Juízes Sociais.-----

Do expediente consta informação dos serviços jurídicos da Câmara, registada com o número oito mil seiscentos e setenta e sete/dois mil e seis, relativamente aos procedimentos a adoptar, de harmonia com o previsto no Decreto-lei 156/78, de 30 de Junho, que estabelece normas para o regime de recrutamento e funções dos juízes sociais, nomeadamente para as causas de competência dos tribunais de menores (Secção IV daquele diploma legal).-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara Municipal deliberasse propor à Assembleia Municipal a aprovação da lista anexa, que constitui as subsequentes quatro folhas da presente acta, organizada pela Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de acordo com os critérios legalmente previstos.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. C.', written over a circular stamp or mark.

5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO: 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: APROVAÇÃO-----

Presente ofício de quinze do corrente mês de Novembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, registado com o número dezoito mil duzentos e quarenta e quatro, a remeter, para aprovação, a 2ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos daqueles Serviços Municipalizados para o ano em curso.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara, ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberasse aprovar as referidas alterações ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, nos termos que constam do documento que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

A large diagonal line drawn across the bottom half of the page, extending from the left margin towards the right margin.



ACTA N.º 29
10 de Outubro de 2007
FL 4./ 14

16
[Handwritten signatures and initials]

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O

ANO 2007

- 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA
- 2ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE
INVESTIMENTOS

ENTIDADE

OPALIZADOS AGUA, ELECTRI. SANEAM

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 3

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2007

DATA DE APROVAÇÃO

Página: 1

ACTA N.º 29

10 de Outubro de 2007

Fl. 5 / 14

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

CLASSIFICAÇÃO
NÚMERO ECONÓMICA

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

DESCRIÇÃO

DOTAÇÃO

ANTERIOR

INSCRIÇÕES /
REFORÇOS

DIMINUIÇÕES /
ANULAÇÕES

DOTAÇÃO
SEGUINTE

SEM ORGANICA
 07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL
 0701 INVESTIMENTOS
 070104 CONSTRUÇÕES DIVERSAS
 07010401 REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (ESGOTOS-SANEAMENTO)
 0701040138 REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS A FREG. REGUENGA-1ªFASE
 0701040154 COMPLEMENTOS DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO VALE DO LEÇA

574.584,15
20.000,00

131.250,00

131.250,00

443.834,15
151.250,00

TOTAL ... 594.584,15

131.250,00

131.250,00

TOTAL DE DESPESAS CORRENTES

TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...

131.250,00

131.250,00

de de

Presidente da Câmara,

Aprovada em reunião de

Os Vereadores :



6. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO: PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DO PROJECTO DE “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS ÀS FREGUESIAS DE AREIAS, LAMA, PALMEIRA E SEQUEIRÔ – 2ª FASE”-----

Presente ofício de quinze do corrente mês de Novembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, registado com o número dezoito mil duzentos e trinta e quatro, a remeter a deliberação do Conselho de Administração de dez de Outubro findo que propõe à Câmara Municipal a contratação de um empréstimo a longo prazo para financiamento complementar do projecto de “Rede de Drenagem de Águas Residuais às freguesias de Areias, Lama, Palmeira e Sequeirô – 2ª fase”, até ao montante de 251 619,59 € (duzentos e cinquenta e um mil seiscentos e dezanove euros e cinquenta e nove cêntimos).-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse contrair o empréstimo em causa, devendo a Divisão de Gestão Financeira iniciar o procedimento de consultas às instituições de crédito, nos termos legalmente previstos, para posterior pedido de autorização à assembleia municipal.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



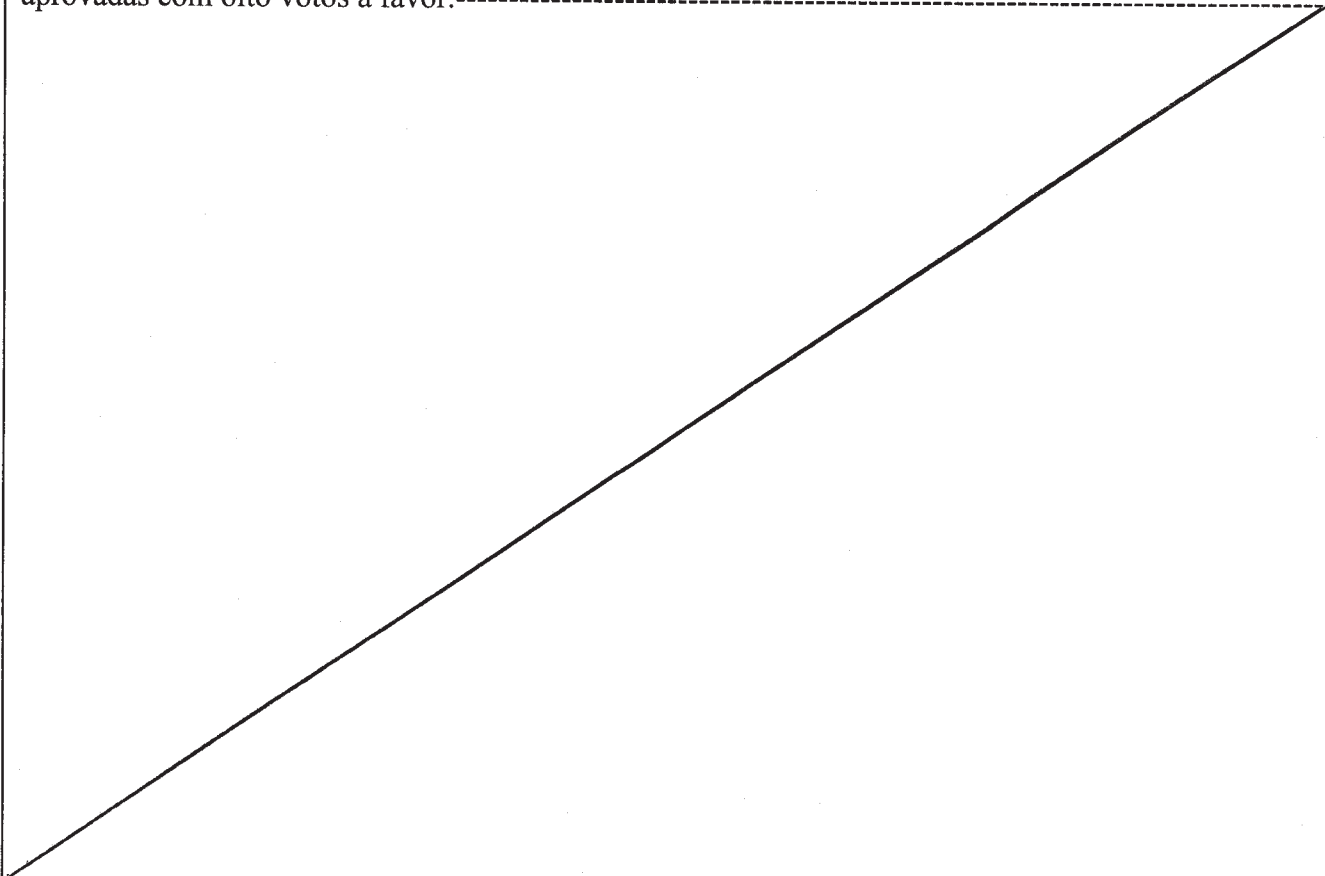
[Handwritten signature]

7. MUSEU MUNICIPAL ABADE PEDROSA – NORMAS E PROCEDIMENTOS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: APROVAÇÃO-----

Presente informação de nove do corrente mês de Novembro, da Divisão de Património e Museus, registada com o número dezoito mil cento e trinta e oito, a remeter as Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva do Museu Municipal Abade Pedrosa, para efeitos da sua credenciação nos termos da Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei 47/2004, de 19 de Agosto).-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse aprovar as referidas Normas, das quais se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quarenta e sete folhas.-----

As referidas Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva do Museu foram aprovadas com oito votos a favor.-----



[Handwritten signature]

Museu Municipal Abade Pedrosa
Normas e procedimentos de conservação preventiva



Índice

Preâmbulo

Capítulo I – Caracterização

1. Caracterização

1.1. Caracterização geográfico e sócio – económica da envolvente

1.2. Clima

1.3. Implantação no terreno e envolvente

2. O Museu Municipal

2.1. Edifício e o seu estado de conservação

2.2. Adequação do edifício às colecções

3. Caracterização do acervo

3.1. Colecções

3.1.1. Inventariação

3.1.2. Materiais provenientes de escavações arqueológicas – inventário próprio

3.2. Estado de conservação

3.3. Localização das colecções

4. Caracterização dos recursos humanos

4.1. Relação do pessoal e as suas categorias

4.1.1. Direcção

4.1.2. Laboratório de conservação e restauro

4.1.3. Serviços educativos

4.1.4. Serviços administrativos

4.1.5. Higiene e limpeza

4.2. Recursos internos e externos

4.3. Formação

5. Características das áreas

5.1. Áreas de exposição permanente

5.2. Áreas de exposição temporária

5.3. Áreas de reserva

5.4. Avaliação de dados ambientais

5.5. Levantamento dos equipamentos expositivos

6. Circulação de bens culturais

7. Público

Capítulo II – Avaliação de riscos

1. Edifício

2. Áreas

3. Instalações e acervo

3.1. Elementos físicos e atmosféricos

3.1.1. Incêndio

3.1.2. Inundações

3.1.3. Poluição

3.1.4. Factor humano

3.2. Elementos biológicos

3.3. Pestes

3.4. Elementos ambientais

3.4.1. Luz e iluminação

3.4.2. Humidade

3.4.3. Temperatura

3.5. Avaliação da vulnerabilidade dos objectos

3.5.1. Metais

3.5.2. Cerâmica

3.5.3. Vidro

3.5.4. Pedra

4. Factor Humano

4.1. Limitação à entrada

4.2. Normas de acesso dos visitantes

4.3. Apoio a pessoas com mobilidade reduzida

4.4. Acesso às reservas

4.5. Acesso à documentação

4.6. Normas para utilização das colecções para fim de investigação científica

Capítulo III – Normas e procedimentos

1. Segurança

2. Monitorização e controlo ambiental e biológico

2.1. Luz

2.2. Humidade relativa e temperatura

2.3. Controlo biológico

2.4. Poluentes

3. Manutenção de equipamentos e espaços

3.1. Equipamentos de monitorização ambiental

4. Materiais, equipamerntos e sistemas de exposição e reserva

4.1. Exposição. Características gerais das salas de exposição e respectivos expositores

4.2. Reserva

5. Limpeza de espaços, equipamentos e acervo

5.1. Espaços e equipamento

5.2. Reservas

5.3. Acervos

5.3.1. Colecção de cerâmica

5.3.2. Colecção de metais

5.3.3. Colecção de vidros

5.3.4. Colecção de pedra

6 Circulação de bens Culturais

6.1. Manuseamento

6.2. Circulação interna

6.3. Circulação externa

6.4. Regras básicas para o transporte

6.4.1. Estudo prévio

6.4.2. Análise das condições ambientais para onde se deslocam os bens culturais

6.4.3. Tipo de embalagens

6.4.4. Manuseamento e transporte

7. Em síntese

Preâmbulo

~~O Museu Municipal Abade Pedrosa foi "criado" por deliberação camarária em reunião ordinária em 7 de Novembro de 1985 (acta n.º 46, fl. 24-25), como um novo serviço na estrutura orgânica da Câmara Municipal, momento a partir do qual se desenvolveram as acções conducentes à sua instalação, tendo sido formalmente inaugurado e aberto ao público em 10 de Março de 1989.~~

O Museu Municipal Abade Pedrosa encontra-se instalado no piso superior do edifício conventual do antigo mosteiro de S. Bento, concretamente na antiga hospedaria conventual, actualmente propriedade da Câmara Municipal de Santo Tirso.

O mosteiro foi fundado por Dona Unisco Godinis no ano de 978 e a sua filiação à Ordem Beneditina data de 1092. Actualmente pouco resta do primitivo mosteiro e do seu templo de traça românica. A sua actual composição arquitectónica resulta, em grande medida, das amplas obras realizadas no séc. XVII, dirigidas por Frei João Turriano. O seu interior, ricamente ornamentado em talha dourada, tem o risco de um dos mais notáveis entalhadores da " *escola bracarense* " – Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. O seu estilo, onde se cruzam influências do Barroco romano e do Rococó Francês e Alemão, reflecte um espírito inventivo e gracioso que a igreja matriz de Santo Tirso transmite em todo o seu esplendor.

O edifício no qual está instalado o Museu integra o complexo imóvel que foi o antigo mosteiro de S. Bento, classificado como Monumento Nacional em 1910, cuja construção decorreu no período que medeia entre 1737 e 1740. O edifício, de planta rectangular, desenvolve-se longitudinalmente, seguindo a orientação da igreja matriz, definindo a face este do terreiro, hoje Largo Abade Pedrosa, expondo o alçado nobre do edifício. O alçado, de dois pisos, revela a continuidade das portas do primeiro andar com as janelas que lhes correspondem no piso térreo por meio de painéis de recorte serpentino. As janelas do andar superior, mais trabalhadas que as do rés-do-chão, apresentam frontões vasados e interrompidos, interior e exteriormente delimitadas por linhas contracurvadas. O topo ocidental, que corresponde à fachada, possui um frontão muito realçado, onde se inscreve um monumental brasão da Ordem de S. Bento. Os vãos unem-se à exuberância do enquadramento pelo seu forte vigor impressionista. Simétrica à janela actualmente existente, no lugar da actual porta de entrada do Museu, a enquadrar o brasão, houve uma outra janela trifoliácea, de igual recorte, destruída em 1842.

Museu abriu ao público com uma exposição permanente de arqueologia e um programa de exposições temporárias. Em 1997 a exposição foi remodelada, tendo sido criados novos espaços e serviços destinados ao público, tais como os Serviços Educativos e uma biblioteca especializada em Arqueologia. Ao alargar o leque de actividades desenvolvidas, o Museu Municipal, em 2000, criou um novo espaço nas suas instalações – um auditório com capacidade para 72 pessoas. Actualmente a sua estrutura, compõe-se hoje por quatro salas dedicadas à exposição permanente, uma sala para exposições temporárias, uma sala para os serviços educativos, um auditório e ainda uma loja / recepção.

A actividade do museu incide em três áreas principais: a exposição permanente, as exposições temporárias e o auditório. A exposição permanente é subordinada à arqueologia do concelho, retratando a ocupação humana desde a Pré-História até à Idade Média. As exposições temporárias subordinam-se a várias temáticas, sendo essencialmente dirigidas ao público escolar.

No auditório do Museu Municipal promovem-se várias actividades culturais ligados à música e à divulgação do património cultural concelhio.

1. Caracterização

O Museu Municipal Abade Pedrosa encontra-se instalado no piso superior do edifício conventual do antigo mosteiro de S. Bento, construído entre 1737 e 1740.

O edifício no qual está instalado o Museu Municipal encontra-se classificado como Monumento Nacional em 1910.

1.1. Caracterização geográfica e socio-económica da envolvente

Caracterização geográfica - Localização

O edifício encontra-se implantado na face norte da cidade de Santo Tirso, junto ao rio Ave, a cerca de 150 m da sua margem esquerda. A área envolvente imediata, corresponde, na face oeste, ao Largo Abade Pedrosa que configura o adro da igreja e o edifício conventual. O lado sul é definido pela Rua Unisco Godiniz, a partir da qual se faz o acesso ao museu e, para este, no interior do complexo, desenvolve-se edificado conventual, nomeadamente os edifícios que correspondiam à antiga moagem, botica e "fábrica" de cera. Em termos mais abrangentes, a envolvente do edifício é ocupada por um extenso jardim público que constitui um prolongamento natural do parque D.^a Maria II, que se localiza a sudoeste do edifício, ocupando uma extensa plataforma artificial que regista uma diferença de cota em relação ao museu de cerca de 40m, configurando um mirador orientado a norte que proporciona uma ampla visão do rio Ave.

Caracterização socio-económica da envolvente¹

Densidade populacional do concelho de Santo Tirso

População residente – 72396

Área – 135,5 km²

Densidade populacional – 1142,2 hab. / Km²

Actividade Económica

Taxa de actividade – 58% da população total

Indústrias transformadoras – 70%

Construção – 4,1%

Comércio – 16,5%

Alojamento e restauração – 2,6%

Actividades imobiliárias – 2,1%

Outras – 4,7%

Acessos a Santo Tirso e ao Museu Municipal

O concelho de Santo Tirso é constituído por 24 freguesias e localiza-se na zona de transição entre o Grande Porto e a região do Vale do Ave. Dista aproximadamente 330 km da capital e cerca de 25 da cidade do Porto.

A viagem, a partir do Porto, para Santo Tirso, pode fazer-se por via rodoviária e ferroviária.

¹ Fonte – INE, Censos 2001

. Via rodoviária: Santo Tirso situa-se praticamente a meio da ligação das capitais de distrito, Porto e Braga, podendo ser utilizada a A3. A entrada/saída de Santo Tirso, na referida auto-estrada, permite chegar ao Porto ou a Braga em cerca de 15/20 minutos. A A3 dispõe de outras ligações directas que facilitam o acesso à capital (A1), em cerca de 2,30 horas, ou para Norte, a Valença em cerca de 1 hora.

O acesso pelas estradas nacionais fazem-se pela N14 e pela N105.

. Via ferroviária: Do mesmo modo, Santo Tirso inclui-se na recentemente remodelada linha ferroviária do norte, que liga Porto a Guimarães. A linha permite chegar ao Porto ou a Guimarães em 20 minutos, com possibilidade de ligação a outros destinos.

Estacionamento junto ao Museu

O Museu Municipal Abade Pedrosa, por força da sua localização, ligeiramente marginal do centro urbano, goza de uma área de estacionamento privilegiada. A zona circundante ao edifício é constituída por espaços verdes que, junto à Igreja Matriz, dispõe de um amplo espaço que permite inclusivamente o estacionamento de autocarros. O Museu Municipal dispõe também de parque de estacionamento próprio com capacidade para 40 automóveis.

1.2.Clima

O clima do concelho de Santo Tirso é condicionado por diferentes comportamentos da circulação geral da atmosfera, que se manifestam sazonalmente. Assim, no Inverno, a região norte do País é condicionada pela deslocação de oeste para este das variações da superfície frontal (perturbação de oeste). Esta situação resulta da convergência entre massas de ar frio polar e as massas de ar quente subtropicais, que originam centros depressionários associados à frente polar, produzindo precipitações abundantes e quantitativos de humidade que vão sendo arremessados durante a deslocação das massas de ar. Embora com condições distintas, o oceano Atlântico funciona como um elemento regulador, condicionando os extremos térmicos ao longo da fachada atlântica. Quando se encontra na presença de um centro antidepressivo, que se estende por todo o noroeste peninsular, o anticiclone não permite a passagem das superfícies frontais e depressões, verificando-se a ocorrência de massas de ar frio e seco que causam temperaturas baixas, embora muitas vezes, sejam aligeiradas pelo efeito regulador do oceano. No verão, no território nacional, encontramos um anticiclone que origina condições de bom tempo e temperaturas mais elevadas, neste momento a frente polar encontra-se latitudinalmente mais a Norte. As estações intermédias funcionam como estações de transição entre as situações anteriormente descritas.²

O concelho de Santo Tirso insere-se na ampla região de clima do tipo marítimo, fachada atlântica, sendo o relevo o factor determinante de diferenciação climática na área do concelho, originando diferentes mosaicos climáticos, fundamentalmente condicionados pelas barreiras orográficas e pelas altitudes variadas que aí podemos encontrar. No que respeita à precipitação, é importante referir que esta se distribui assimetricamente, com os totais anuais médios a oscilar entre os 1400-3000mm. No entanto, entre 1951 e 1980, verificou-se um aumento na precipitação anual média – 1374,2mm (128,9 dias/ano), e 1772,6mm (133 dias/ano), respectivamente. (F. COSTA e A. GONÇALVES). Como já foi referido, a distribuição da precipitação ao longo do ano é irregular, podendo-se registar pelo menos dois meses secos por ano (Julho e Agosto), ao passo que as maiores quantidades de precipitação se prolongam por cinco meses (de Novembro a Março), correspondendo a 60% do total anual. No entanto, é no mês de Janeiro que, em média, se registam os valores mais elevados, uma vez que em termos absolutos estes se verificam em Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

² A caracterização climática apresentada teve como base os Planos de Bacia Hidrográfica do rio Ave e Leça, INAG.

Relativamente à temperatura a região caracteriza-se por Invernos frescos (com a temperatura mínima média do mês mais frio a variar entre 2°C e 4°C, sendo que 10 a 30 dias no ano são negativas), e verões moderados a quentes (com a temperatura máxima média do mês mais quente a variar entre 23 e 32°C, observando-se durante 20 a 120 dias por ano temperaturas máximas superiores a 25°), denominando-se por Clima Marítimo de Litoral Oeste (DAVEAU, *et al*, 1985).

A temperatura média diária da região varia entre os 12,5°C e os 15°C, sendo os meses de Julho e Agosto os mais quentes. Registam-se baixas amplitudes térmicas anuais (nunca superiores a 13°C). No entanto, esta diferença acentua-se se tomarmos em consideração os valores absolutos máximos e mínimos da temperatura que se verificam ao longo do ano, que são superiores a 20°C em todas as estações. À medida que nos afastamos do litoral assiste-se a um decréscimo da temperatura mínima média, ao passo que a variação das temperaturas máximas médias é praticamente insignificante, conduzindo a consequências na ocorrência de outros fenómenos, como sejam as geadas, que são menos frequentes no litoral e vão aumentando à medida que nos deslocamos para o interior (registando-se, em Santo Tirso, cerca de 24 dias por ano), (PEDROSA, 1989). Quanto aos restantes elementos climáticos, estes também são fortemente condicionados pela altitude e disposição do relevo. Os índices de humidade atmosférica média anual situam-se entre os 75% e os 80%, ao passo que o período de insolação varia entre as 2300 e 2400 horas de sol por ano, enquanto que a quantidade de radiação global se situa na ordem dos 140 a 145 Kcal/cm². Relativamente ao vento, é de referir que este é dominante nos Quadrantes noroeste, oeste e norte (ventos dos quadrantes voltados para o Oceano Atlântico), com a posição geográfica de Portugal a contribuir para tal tendência (F. COSTA e A. GONÇALVES).

As condições climáticas e os regimes pluviométricos que se verificam no concelho de Santo Tirso, associados às características orográficas, geológicas e hídricas do terreno, têm contribuído para a ocorrência de cheias e inundações pontuais.

Grande parte das inundações ocorridas no concelho é desencadeada pelas chuvas torrenciais. Este tipo de fenómeno natural ocorre geralmente na estação climática do Inverno e, por vezes, durante a Primavera e Outono.

CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

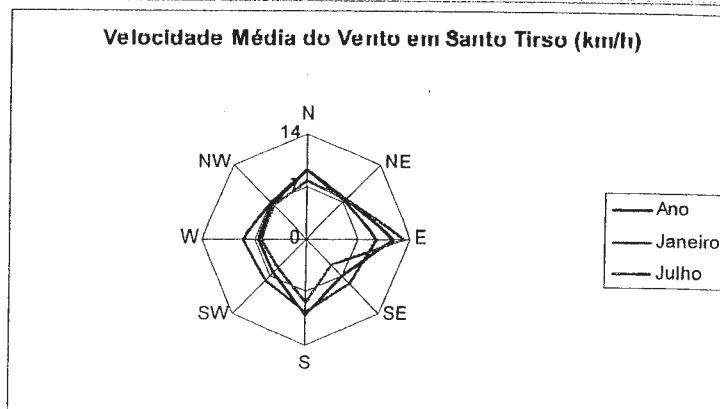
A caracterização climática do concelho de Santo Tirso é difícil de fazer, uma vez que existe apenas uma estação climatológica em toda a sua extensão. Esta análise torna-se ainda mais falível quando são referidos os valores da precipitação. Não existindo dados udométricos para uma área relativamente heterogénea, é importante salientar esta falha ao nível teórico.

Assim, recorrendo aos valores da estação climatológica de Santo Tirso (dados relativos ao período 1951/1980), verificamos que esta área se encontra já numa faixa de transição entre o clima temperado mediterrânico e o temperado marítimo. De facto, esta área do país é já bastante influenciada por este clima, como podemos apreender pela análise do Quadro 1, onde, por exemplo, encontramos apenas dois meses secos de Verão, segundo o índice de aridez de Gaussen ($P=2T$). A temperatura média anual situa-se nos 14,5°C, sendo que ao longo do ano este indicador sofre uma variação entre os 9°C em Janeiro e os 20,8°C em Julho, apresentando assim uma amplitude térmica anual relativamente baixa (11,8°C).

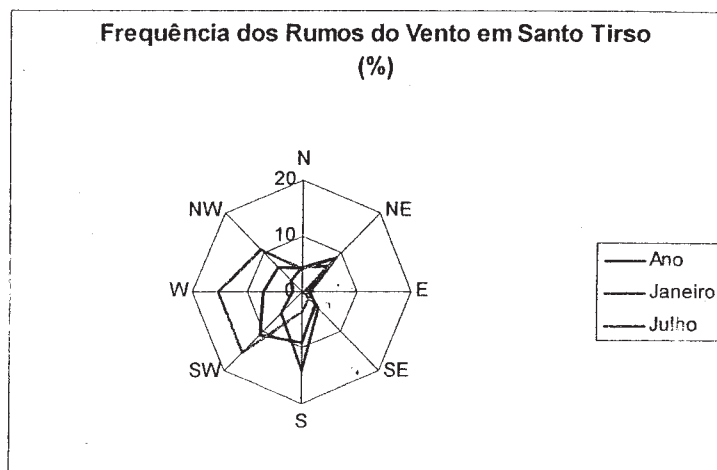
Quanto à precipitação, Santo Tirso regista o valor de 1374 mm/ano, distribuídos por 129 dias³. Mais uma vez os extremos situam-se nos meses de Janeiro (193 mm) e Julho (23 mm).

³ Dias com precipitação superior a 0,1 mm.

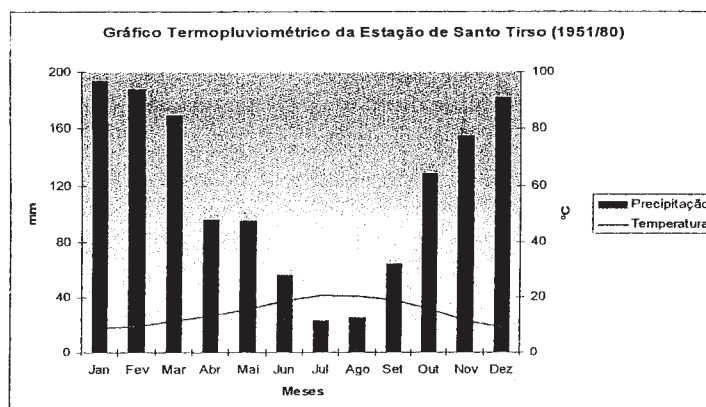
Quadro 1



Quadro 2



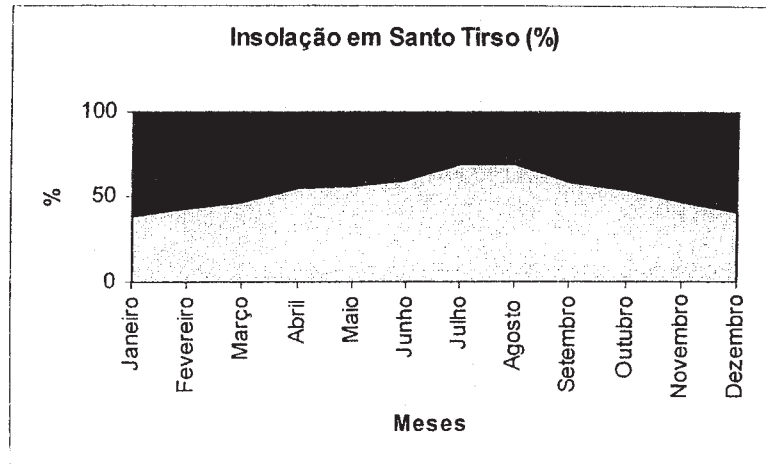
Quadro 3



Relativamente a outros indicadores, temos em Santo Tirso uma nebulosidade média⁴ de 5, variando entre 6 de Dezembro a Janeiro e os 3 em Julho e Agosto. A insolação atinge o seu valor máximo anual em Julho, com 69% – correspondendo a 315 horas – e um mínimo de 38% em Janeiro (112 horas). Os extremos da evaporação dão-se em Julho com 108 mm e em Dezembro com 35 mm, sendo que o total anual é de 811mm.

⁴ Este indicador varia, neste caso, entre 0 e 10. No entanto existem outras formas de registar a nebulosidade, nomeadamente ao nível do intervalo de valores.

Quadro 4



1.3. Implantação no terreno e envolvente

O Museu Municipal encontra-se implantado numa zona de várzea ribeirinha, plana, rodeada de pequenas elevações que configuram a rede de drenagem da Ribeira do Matadouro, que se localiza a cerca de 100 m a este do edifício e percorre parte da propriedade conventual, já na área definida pela cerca, e o rio Sanguinhedo, localizado a oeste, a cerca de 2 km de distância. Encontra-se no limite da área urbana da cidade confrontado directamente com uma extensa propriedade agrícola e uma área de jardim.

2. O Museu Municipal

O Museu Municipal Abade Pedrosa encontra-se instalado no piso superior do edifício conventual do antigo mosteiro de S. Bento, concretamente na antiga hospedaria, cuja construção ocorreu no triénio compreendido entre 1737 e 1740, no abaciado de D. Plácido de S. Bento. O edifício é da Câmara Municipal de Santo Tirso e integra o conjunto patrimonial designado por - **Mosteiro de S. Bento** - imóvel classificado como Monumento Nacional (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 de Junho de 1910; Dec. n.º 38 491, DG 230 de 6 de Novembro de 1951 e Dec. n.º 28/82, DR 47 de 26 de Fevereiro de 1982)

O edifício possui uma planta rectangular, de desenvolvimento longitudinal, seguindo a orientação da igreja matriz.

O edifício, de alvenaria de granito, apresenta os paramentos rebocados com uma argamassa de saibro, pintados a branco, mantendo-se o granito aparente nos elementos estruturantes do edifício (caixilharias, pilares, fenestrações, entablamento, etc.), no interior e exterior do edifício.

O alçado da face oeste, de dois pisos, revela a continuidade das portas do primeiro andar com as janelas que lhes correspondem no piso térreo por meio de painéis de recorte serpentina. As janelas do andar superior, mais trabalhadas que as do rés-do-chão, apresentam frontões vasados e interrompidos, interior e exteriormente delimitados por linhas contracurvadas.

O Alçado Este, mais modesto, apresenta apenas janelas rectangulares, encimadas por frontões trifoliários, vazados, interrompidas por pilastras rectangulares, que subdividem os alçados em três tramos de dimensão desigual.

O topo ocidental possui um frontão muito realçado, onde se inscreve um monumental brasão da Ordem de S. Bento. Simétrica à janela actualmente existente, no lugar da actual porta de entrada do Museu, a enquadrar o brasão, houve uma outra janela trifoliária, de igual recorte, que foi destruída em 1842, no decurso das obras de adaptação do edifício para tribunal e Paços do Concelho, das quais também resultou num pequeno acrescento no topo ocidental, cuja características arquitectónicas, desvirtuaram a simetria rigorosa da composição original.

O piso inferior, adega da Escola Profissional Agrícola de Santo Tirso, de igual planta, apresenta uma colunata de pilares rectangulares, equidistantes, implantadas no terço oeste da nave, de suporte a uma cobertura de abobada de arestas que, aparentemente, subdivide a área em duas naves, funcionando uma delas, a mais estreita, como acesso, ao espaço que se mantém amplo.

A cobertura do edifício é composta por um telhado de duas águas, em telha cerâmica, suportada em estrutura de madeira de castanho.

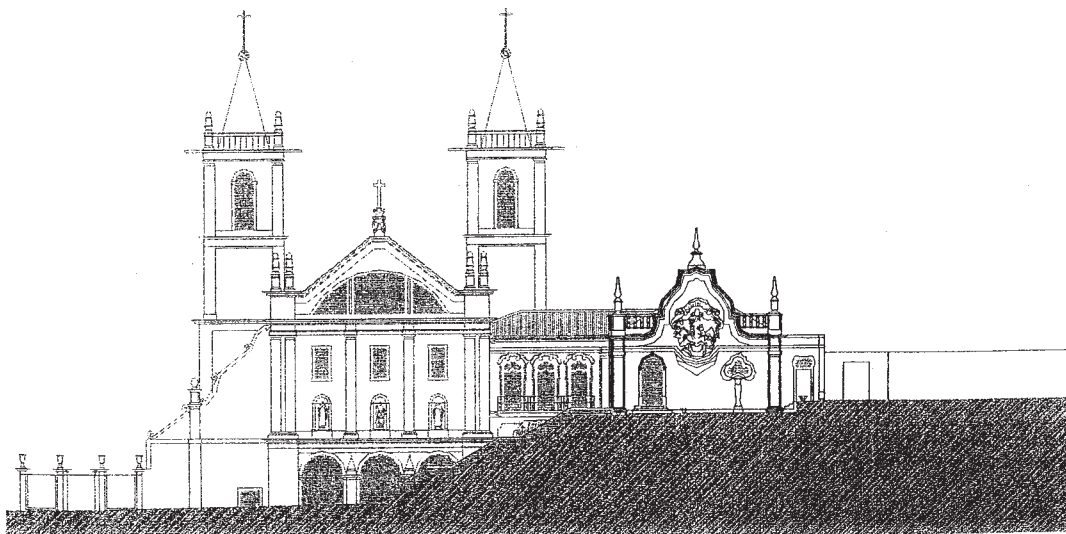


Fig. 1 - Alçado principal

2.1. O edifício e o seu estado de conservação

A entrada do edifício faz-se pelo topo ocidental directamente para um espaço intermédio definido por um pára-vento em madeira e vidro que define a separação do interior do exterior. A partir deste espaço define-se o acesso a uma área de serviços que comporta os sanitários públicos e de serviço, o laboratório e parte das reservas.

O interior do edifício estrutura-se a partir de uma ala que percorre longitudinalmente todo o edifício pela face oeste, a partir do qual se estabelece o acesso às diferentes salas, nas quais se encontram instalados os diferentes serviços e a exposição permanente do Museu.

1. A Galeria/Corredor percorre longitudinalmente todo o edifício pela face oeste, definindo o acesso aos diferentes espaços, nos quais se encontram instalados os serviços técnicos e a exposição permanente do Museu. Tem de área útil 297,62 m².

A cobertura, de abóbada de berço, com um pé direito de 5,15m, é construída em tabique, rebocada a saibro e caiada. A face oeste revela janelas rectangulares, de recorte semelhante, dispostas de forma regular, recuadas à face, adornadas internamente por pequenos bancos em granito. Na face superior apresentam frontões trifoliácos, vasados, dotados de portadas de madeira no interior. As caixilharias as portadas internas e os apainelados são madeira de castanho e conservam as ferragens em ferro. As portas, janelas e demais aberturas para o exterior são também em madeira de castanho e encontram-se devidamente calafetadas, providenciando um isolamento razoável a todo o edifício. O pavimento é de madeira e encontra-se em bom estado de conservação.

Constitui um dos espaços principais do Museu, uma vez que é partir dele que se faz a circulação do público. Encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anómala, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas e equipamentos de segurança e controlo ambiental.

2. Os sanitários públicos (20 m²) são constituídos por duas salas de acesso condicionado – Homens/Mulheres. Encontra-se globalmente em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anómala, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, porta, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, infra-estruturas abastecimento de águas e drenagem de esgotos.

Os sanitários de serviço (20 m²) encontram-se na face Este e estão equipados com chuveiros e vestiários. Constituem um local de acesso restrito, limitado ao pessoal da instituição, e também possuem acesso diferenciado – Homens/Mulheres. No computo geral, encontram-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anómala, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, porta, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança, infra-estruturas abastecimento de águas e drenagem de esgotos.

3. Laboratório de Conservação e Restauro. Encontra-se subdividida em dois espaços correspondendo o maior ao laboratório, equipado com os instrumentos necessários para proceder aos tratamentos primários de conservação, assim como ao processamento dos materiais arqueológicos provenientes das escavação realizadas pelo gabinete Municipal de Arqueologia da CMST. Corresponde ao espaço acrescentado ao edifício original em 1842, para instalação de uma área de serviços da Câmara Municipal de então. A totalidade da área útil é de 23 m². Constitui um local de acesso restrito, limitado ao pessoal da instituição. Encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anómala, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, porta, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e vigilância, infra-estruturas abastecimento e drenagem de águas.

4. Recepção/loja. Constitui o primeiro espaço de acolhimento do público. Possui cerca de 21,73 m². Possui planta rectangular com acesso ao corredor principal e iluminação directa através de uma janela na face Este. A janela é rectangular, com parapeito recuado à face. A caixilharia e portas são em madeira de castanho. O pavimento e demais mobiliário são também em madeira. Tecto plano, em tabique, revestido a estuque e caiado.

Constitui um local de acesso público. Encontra-se globalmente em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anómala, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas e equipamentos de segurança.

5. Auditório. Apresenta planta rectangular com uma área aproximada de 68,75 m², com 4,20 m de pé direito. Possui um duplo acesso ao corredor através de duas portas e iluminação natural através de duas janelas, formal e estruturalmente idênticas à da recepção. Caixilharias, apainelados, portadas internas e porta em madeira de castanho, com ferragens em ferro. O pavimento é em madeira que se conserva em bom estado. O tecto é plano, em tabique, revestido a estuque.

O auditório, com capacidade de 72 lugares, é constituído por uma estrutura metálica, na qual assentam plataformas metálicas telescópicas sobre as quais se apoiam cadeiras de estrutura articulada, permitindo a recolha de toda a estrutura numa única plataforma de 1,10m de largura. A versatilidade do equipamento permite a utilização da sala como espaço polivalente, nomeadamente para a utilização como área expositiva.

Constitui um local de acesso público. Conserva-se em bom estado não se verificando nenhuma situação anómala, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas e equipamentos de segurança.

6. Serviços Administrativos (Secretaria e Direcção). Sala de planta rectangular com cerca de 30.38 m² com 4,20 m de pé direito. O acesso ao corredor faz-se através de uma porta de igual recorte às demais. A iluminação natural produz-se através de duas janelas, formal e estruturalmente idênticas à da recepção e sala do auditório. Na face Norte conserva uma porta de acesso a uma segunda sala afecta aos Serviços Educativos. Caixilharias, portadas internas, apainelados e portas em madeira de castanho, com ferragens em ferro. O pavimento é em madeira de pinheiro tratado que se conserva em bom estado. O tecto é plano, em tabique, revestido a estuque. O mobiliário é composto por um conjunto de armários de construção recente, estruturalmente independentes do edifício.

Constitui um local de acesso restrito, limitado ao pessoal da instituição. Não se verifica nenhuma situação especialmente anómala, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e de controlo ambiental.

7. Serviços Administrativos (Serviços Educativos). Sala de planta rectangular com cerca de 32.55 m², com 4,20 m de pé direito. O acesso ao corredor faz-se através de uma porta lateral idêntica às restantes. Na face sul conserva uma porta de acesso à sala da Direcção e Secretaria. Caixilharias, apainelados, portadas internas e portas em madeira de castanho, com ferragens em ferro. O pavimento é em madeira de pinheiro tratado que se conserva em bom estado. O tecto plano, de em tabique revestido a estuque. O mobiliário é composto por um conjunto de armários de construção recente, estruturalmente independentes do edifício.

Por norma constitui um local de acesso restrito, limitado ao pessoal da instituição. Encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anormal, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e de controlo ambiental.

8. Sala da Pré-História. Sala de planta rectangular com cerca de 31 m², com 4,20 m de pé direito. O acesso ao corredor efectua-se através de uma porta lateral, formal e estruturalmente idêntica às demais. Caixilharias, apainelados, portadas internas e portas em madeira de castanho, com ferragens em ferro. O pavimento é em madeira de pinheiro tratado que se conserva em bom estado. O tecto em tabique, plano, revestido a estuque. O mobiliário expositivo é composto por dois "armários" de madeira e vidro, de construção recente (1988-89), dotados de iluminação própria instalada no topo superior onde forma uma caixa de luz uniforme e contínua.

Constitui um local de acesso público. Em termos gerais encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anómala digna de registo, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e de controlo ambiental.

9. Sala da Proto-História. Sala de planta rectangular com cerca de 94,55 m², com de pé direito idêntico à anterior. Possui acesso através do corredor por intermédio de duas portas laterais. A iluminação natural faz-se através de cinco janelas localizadas na face Este, sendo que três delas são estruturalmente idênticas às demais, uma adomada no interior por dois pequenos bancos em granito, e uma sem parapeito recuado a face. As caixilharias, apainelados, portadas internas e portas de acesso ao corredor são em madeira de castanho, com ferragens em ferro forjado. O pavimento é em madeira de pinheiro tratado que se conserva em bom estado. Tecto em tabique, revestido a estuque. O mobiliário expositivo é composto por dois "armários" de madeira e vidro, de construção recente (1988-89), dotados de iluminação própria instalada no topo superior onde forma uma caixa de luz uniforme e contínua.

Constitui um local de acesso público. Encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anómala, designadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas e equipamentos de segurança.

10. Reserva. O recorte interno da estrutura expositiva da sala da Proto-História permitiu configurar um espaço de reserva no seu interior com acesso directo pelo corredor principal através de uma porta. O espaço configura uma planta rectangular, parcialmente dividida por uma parede transversal, com cerca de 22,20 m² de área. O espaço encontra-se desimpedido de estrutura permanentes, conservando-se o acesso ao interior das vitrines, através de portas integradas nos painéis de fundo das mesmas.

35
A
[Handwritten signature]

Constitui um local de acesso restrito, limitado ao pessoal da instituição. Encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação especialmente anormal, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e de controlo ambiental.

11. Sala da Romanização. Sala de planta rectangular com cerca de 101,74 m², com 4,20 m de pé direito. Possui acesso através do corredor principal por intermédio de duas portas laterais que configuram o percurso dos visitantes. Possui iluminação natural através de três janelas, formal e estruturalmente idênticas às demais. As caixilharias, apainelados, portadas internas e portas são em madeira de castanho, com ferragens em ferro. O pavimento é em madeira de pinheiro que se conserva em bom estado. Tecto plano revestido a estuque. O mobiliário expositivo é composto por três grandes "vitrines" de madeira e vidro, de construção recente (1988-89), dotados de iluminação própria, instalada no topo superior onde forma uma caixa de luz uniforme e contínua. O mobiliário acessório é composto por uma vitrina com cobertura de vidro e iluminação própria (1,41 m²), e dois plintos simples (0,82 m² / 0,66 m²).

Constitui um local de acesso do público. No que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e de controlo ambiental encontra-se em bom estado de conservação.

12. Reserva. O recorte da estrutura expositiva n.1 da sala da Romanização permitiu configurar um espaço de reserva no seu interior com acesso directo pelo corredor principal. O espaço configura uma planta em forma de L, com cerca de 18,30 m². A área encontra-se desimpedida de estrutura permanentes, conservando-se o acesso ao interior das vitrines, através de portas integradas nos painéis de fundo das mesmas.

Constitui um local de acesso restrito, limitado ao pessoal da instituição. Encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação especialmente anómala, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e de controlo ambiental.

13. Reserva. O recorte da estrutura expositiva n.º 2 da sala da Romanização permitiu configurar um espaço de reserva no seu interior com acesso directo à sala. O espaço configura uma planta em forma de trapézio, com cerca de 13,26 m². A área encontra-se desimpedida de estrutura permanentes, conservando-se o acesso ao interior das vitrines através de portas integradas nos painéis de fundo.

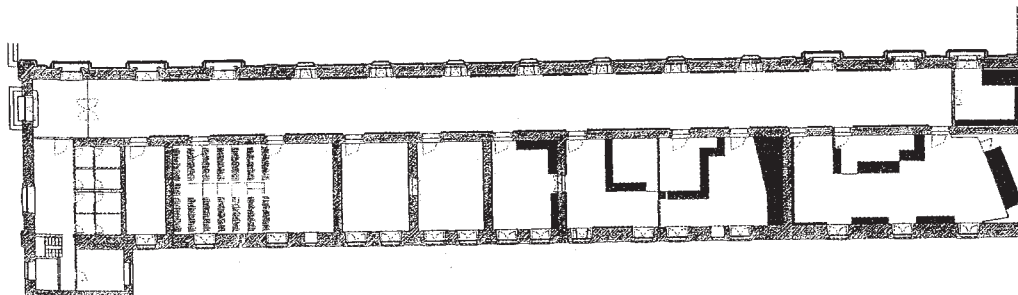
Encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação deficiente, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e de controlo ambiental.

14. Sala da Idade Média. Sala de planta rectangular com cerca de 19,50 m². Possui acesso através do corredor principal por intermédio de uma porta central. Possui iluminação natural através de uma porta lateral de acesso a uma varanda sobranceira ao terreiro que configura o adro da igreja, formal e estruturalmente idênticas, às duas existentes no início do corredor. As caixilharias, apainelados, portadas internas e porta de acesso ao corredor em madeira de castanho, com ferragens em ferro forjado. O pavimento é em madeira de pinheiro que se conserva em bom estado. A cobertura, em abóbada de berço, com um pé direito de 5,15m, é formada por tabique, constitui o natural prolongamento da cobertura do corredor.

O mobiliário expositivo permanente é composto por uma "vitrina", em forma de L, de madeira e vidro, de construção recente (1988-89), dotada de iluminação própria, instalada no topo superior onde forma uma caixa de luz uniforme e contínua.

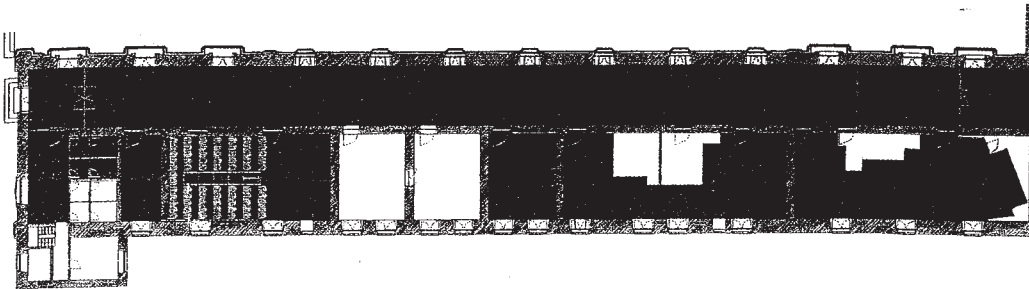
Constitui um local de acesso do público. Globalmente encontra-se em bom estado de conservação.

Caracterização das áreas



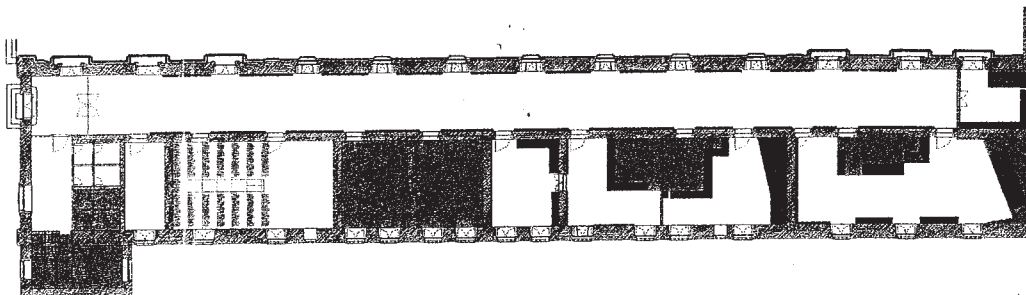
Planta geral - Piso 1

As instalações do Museu Municipal desenvolvem-se fundamentalmente pelo piso 1 do edifício da antiga hospedaria conventual perfazendo uma área útil de cerca de 770 m².



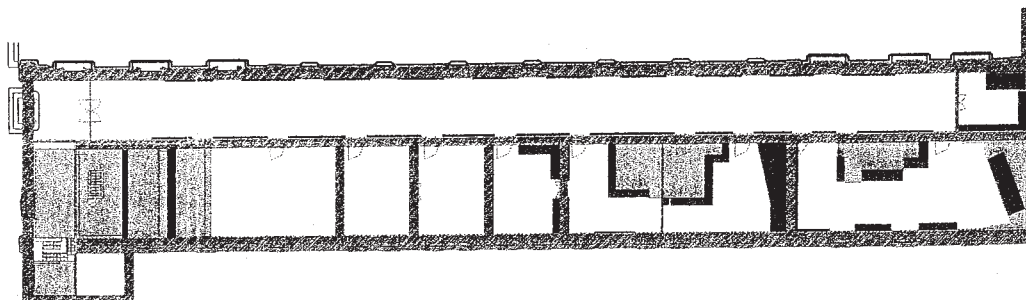
Planta geral – Áreas públicas

As zonas públicas ocupam cerca de 80% da área útil do edifício e consistem em; Corredor (área de exposições temporárias), Sanitários, Recepção, Auditório e salas da exposição permanente num total de 599.69 m².



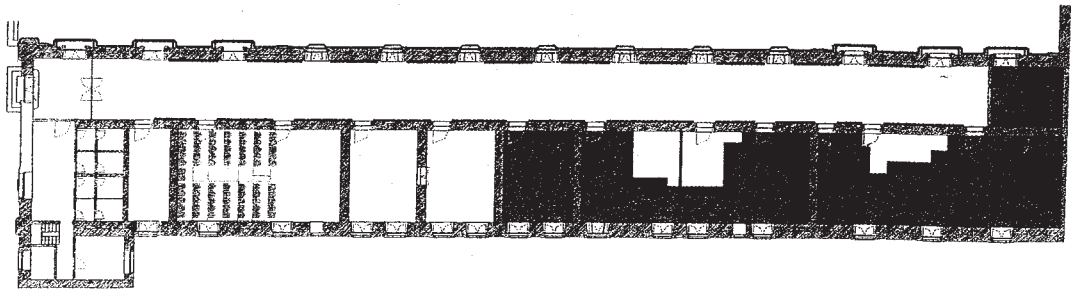
Planta geral – Áreas de acesso condicionado

As áreas de acesso condicionado compreendem; Áreas técnicas, Sanitários de serviço, Laboratório, dois gabinetes de trabalho e as reservas construídas no interior das vitrines da exposição permanente, num total de 127.65 m².



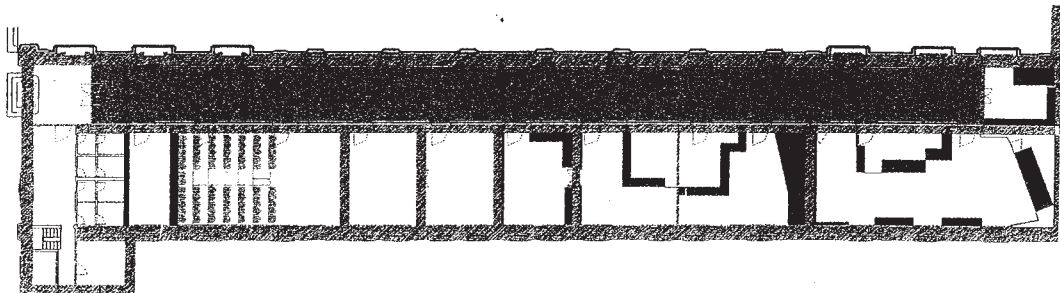
Planta geral – Áreas de reservas

As áreas de reserva no próprio edifício são constituídas pelo espaço interno dos expositores da sala da Proto-História e da sala da Romanização e pelo espaço existente no sótão adaptado para o efeito. No seu total a área de reservas compreende 101.91 m².



Planta geral – Área da exposição permanente

A exposição permanente compreende cerca de 34% da totalidade da área do Museu Municipal. É composta por quatro salas que documentam, genericamente, os quatros grandes períodos da ocupação humana documentada no concelho – Pré-História, Proto-História, Romanização e Idade Média. No seu total á área de reservas no interior das vitrines compreende 245.70 m².



Planta geral – Galeria de exposições temporárias

A galeria da face oeste do edifício longitudinalmente desenvolve-se no comprimento total do edifício, configurando um grande corredor a partir do qual se acede aos diferentes espaços da edificação, constituindo o elemento estruturante do piso. O seu pé direito, de cerca de 5.30m, remata com uma abóbada de berço. Nas faces laterais, nos vãos entre as portas, implantam-se estruturas amovíveis em MDF, que constituem o suporte das exposições temporárias. Este espaço constitui uma área distinta e independente do percurso da exposição permanente. Na sua totalidade á área compreende 247.74 m².

2.2. Adequação do edifício às colecções

Considerando a natureza histórica e arquitectónica do edifício no qual se encontra instalado o Museu, em conjugação com as características do seu acervo museológico, em exposição e em depósito, poder-se-á concluir que, apesar das naturais limitações impostas ao programa museológico, impostas pelas características estruturais do edifício, este revela condições suficientes e adequadas para a apresentação e conservação das colecções.

Identificam-se como principais limitações à adequação do edifício às colecções os seguintes aspectos:

- 1) Inexistência de climatização do edifício;
- 2) Existência de abundantes fenestraçãoes, com limitações de isolamento térmico, acústico e de exposição solar;
- 3) Compartimentação rígida dos espaços expositivos;
- 4) Existência de um circuito de visita predefinido, imposto pela estrutura do edifício;
- 5) Limitação imposta pela gramática decorativa e materiais construtivos na execução das estruturas expositivas;
- 6) Limitações à construção de novos espaços e instalação de determinado tipo de equipamentos devido ao estatuto de imóvel classificado.

Identificam-se os seguintes factores positivos para adequação do edifício às colecções:

- 1) Forte carácter histórico e simbólico do edifício, associado ao seu valor arquitectónico, que resulta numa mais valia para a instituição;
- 2) Localização privilegiada, integrada num conjunto arquitectónico e paisagístico de elevado valor patrimonial de fácil acesso aos munícipes e visitantes;
- 3) Bom estado de conservação do edifício e infra-estruturas técnicas;
- 4) Inexistência de exigências ambientais especiais de exposição da maior parte do espólio das colecções;
- 5) Existência de espaço para expor a quantidade de objectos suficientes para documentar os diferentes períodos históricos identificados no concelho retratados na exposição permanente;
- 6) Existência de espaços e infra-estruturas necessárias e equipadas para o desenvolvimento de acções de acolhimento e comunicação dirigidas aos visitantes, assim como para a implementação de actividades de carácter pedagógico, dirigidas à comunidade escolar.
- 7) Existência de espaços destinados a reservas e de suporte a actividades de carácter laboratorial;
- 8) Existência de espaços suficientes e de boas condições de trabalho para a equipa do museu.

3. Caracterização do acervo

O Museu Municipal Abade Pedrosa possui colecções de arqueologia de grande interesse e relevância científica, provenientes de várias estações arqueológicas do concelho de Santo Tirso e da região envolvente, ora procedentes de trabalhos de escavação arqueológicas ora de achados fortuitos, cujo contexto arqueológico actualmente se desconhece. Fazem ainda parte do espólio do Museu um significativo número de obras de arte (pintura e escultura) resultantes de doações de artistas plásticos.

Do acervo arqueológico destacam-se os materiais líticos do período Neolítico e Calcolítico provenientes de contextos funerários associados a expressões culturais vinculadas ao fenómeno megalítico; o conjunto de materiais cerâmicos e metálicos provenientes da necrópole do Corvilho, datada do Bronze Médio/Final; o espólio lítico, cerâmico, vítreo, metálico, numismático e osteológico proveniente do Castro do Monte do Padrão, cuja ocupação se desenvolve desde o Bronze Médio/Final ao início do séc. XVII; o espólio lítico, cerâmico, vítreo, metálico e numismático proveniente do Castro de Alvarelos, cuja ocupação aqui representada se desenvolve desde o Bronze Final a meados do séc. V; o espólio cerâmico e vítreo da necrópole galaico-romana de Rorigo Velho e os monumentos epigráficos de S. Bartolomeu e Roriz.

3.1. Colecções

Historial da incorporação de colecções

O Museu Municipal Abade Pedrosa foi "reactivado" por deliberação camarária, datada de 7 de Novembro de 1985 (acta n.º 46, fl. 24 - 25), na qual se definiu o âmbito das suas colecções e a sua área de actuação.

A colecção nuclear do Museu Municipal, no momento da sua abertura ao público, em 10 de Março de 1989, consistia na colecção de objectos arqueológicos recolhidos por Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa nas últimas décadas do séc. XIX e primeira década do séc. XX que, em 1940, tinha sido doada pelos seus herdeiros à Câmara Municipal de Santo Tirso sob a condição de (...) *depois de inventariada, ser conservada e patente gratuita ao público no Museu Municipal e jamais ser negociada ou por qualquer forma diminuída ou dispersada.* (...).

A colecção arqueológica, em meados do século passado, conheceu um significativo aumento com a incorporação do espólio arqueológico resultante das escavações realizadas no Castro do Monte do Padrão, Monte Córdova, dirigidas por Carlos Faya Santarém na década de cinquenta.

Após a celebração do protocolo de colaboração com a Universidade do Minho (acta n.º 16 de 11 de Abril de 1985, f. 12-16), teve início uma nova fase de incremento do acervo museológico com a incorporação de materiais arqueológicos resultantes de trabalhos de prospecção e escavações arqueológicas.

A criação e implementação do Gabinete Municipal de Arqueologia (acta n.º 26, fl. 54 - 56, 25 de Outubro de 1990), em articulação com o Museu Municipal, permitiu a implementação de projectos de estudo, salvaguarda e valorização de vários imóveis de grande relevância patrimonial, dos quais se destacam o castro de Alvarelos e castro do Monte do Padrão, cuja escavação sistemática proporcionou um significativo espólio arqueológico que integra hoje o acervo do Museu Municipal Abade Pedrosa.

Para além do património arqueológico o Museu tem vindo a incorporar no seu acervo um conjunto de obras de arte (pintura e escultura), provenientes de doações de artistas plásticos.

Desde a sua criação até à actualidade o Museu tem vindo a enriquecer o seu espólio através de trabalhos de campo, desenvolvidos nas principais estações arqueológicas do concelho, e de diversas doações.

A actual política de incorporação do Museu rege-se pelos princípios definidos pelo Regulamento Interno do Museu Municipal – Anexo I – Política de Incorporação (acta n.º 18, item 2, 20 de Setembro de 2006).

O Museu Municipal tem por objectivo a salvaguarda e preservação do Património Móvel e Imóvel, de acordo com a sua vocação e objectivos, descritos no art. 4 e 5 do seu Regulamento Interno.

Todas as peças provenientes de escavações arqueológicas realizadas na área geográfica do concelho de Santo Tirso são directamente incorporadas no Museu Municipal Abade Pedrosa, de acordo com os princípios estipulados no Artigo 14º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

De acordo com o art. 7º do Anexo I – Política de Incorporação do Regulamento Interno do Museu Municipal – o procedimento de registo de incorporação de novas peças no acervo do Museu Municipal Abade Pedrosa desenvolve-se da seguinte forma:

3.1.1. Inventariação

Quando novas peças são incorporadas no acervo do Museu é-lhes atribuído um "Número de inventário", constituído pela seguinte informação:

- a) Abreviatura das três primeiras letras da localidade de origem;
- b) O número do ano em que a peça foi incorporada, composto por dois dígitos;
- c) O número do lote (atribuído sequencialmente);
- e) Número de inventário de cada um dos elementos dentro do respectivo lote.

3.1.2. Materiais provenientes de escavações arqueológicas – Inventário Próprio

Os materiais provenientes de escavações arqueológicas conservam a sua identificação e inventário próprio, constituído por um código que compreende os seguintes elementos:

- a) Abreviatura das três primeiras letras da estação arqueológica de origem;
- b) Ano de intervenção;
- c) Sector e subsector de referência na planimetria geral;
- d) Quadricula (coordenada e abcissa);
- e) Horizonte estratigráfico;
- f) Data de recolha.

O número de inventário é apostado na peça e ao proceder-se a esta tarefa assegurar-se-á a legibilidade do código, assim como que a marcação não causará dano nem interferirá na leitura da peça.

3.2. Estado de conservação

Considerando que o acervo da colecção permanente do Museu é exclusivamente composta por materiais arqueológicos e que a esmagadora maioria é constituída por fragmentos ou peças cerâmicas, mais estáveis do ponto de vista da sua conservação, poder-se-á considerar que, no computo geral, as condições ambientais exigíveis são relativamente mais modestas do que os impostos para a generalidade dos outros materiais.

3.3. Localização das colecções

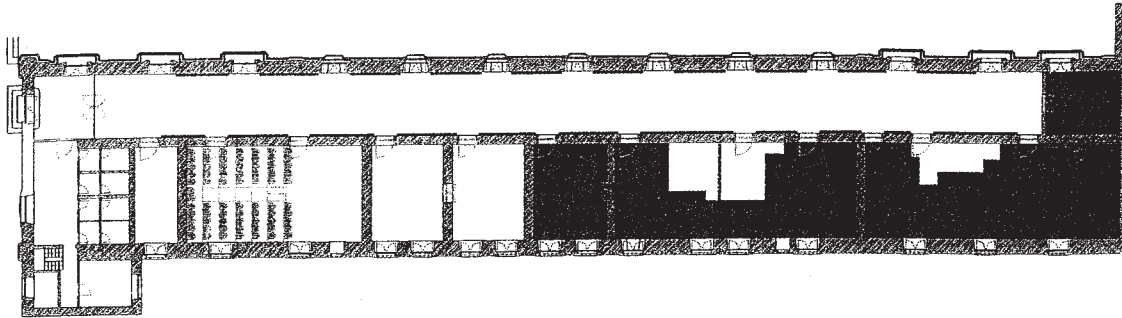
As colecções do Museu encontram-se apenas em parte expostas ao público configurando a exposição permanente. A mostra desenvolve-se por quatro salas, de diferentes dimensões, organizadas de forma temática, dedicadas, cada uma

delas, aos grandes períodos da Pré-história, Antiguidade Clássica e a Idade Média, que se designam, neste caso, a Pré-História, a Proto-História, A Romanização e a Idade Média.

As áreas úteis das vitrinas são; Pré-História 27,6 m²; Proto-História 69 m²; Romanização 70 m²; Idade Média 19 m².

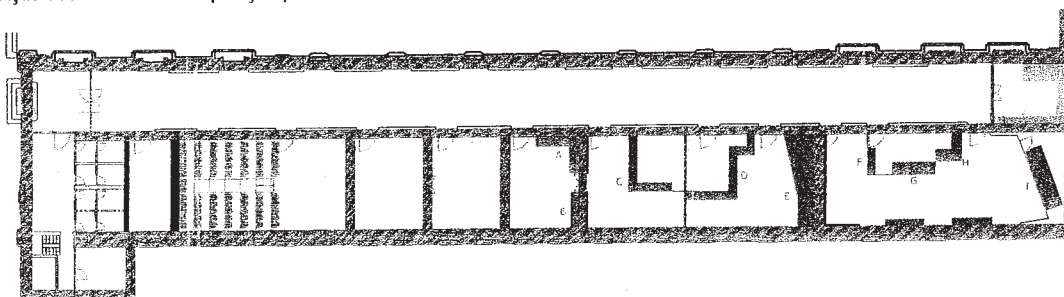
Os materiais que não se encontram expostos e encerram valor expositivo encontram-se nas reservas mais próximas que são constituídas por três espaços criados no interior dos expositores. A reserva 9 corresponde ao espaço criado na sala da Pré-história e possui uma área útil de aproximadamente 22,7 m²; a reserva 12 constitui o espaço que foi criado no interior da vitrina da sala da Romanização e dispõe de um espaço de cerca de 14,4 m²; e, por último, a reserva 15, também localizada na sala da Romanização, compreende um espaço de 7,2 m².

Área da exposição permanente



Localização	Coleção material	N.º de Objectos	Estado de conservação
Expositor 1 (A)	Líticos	1-28	Muito bom
Expositor 2 (B)	Cerâmica; Bronzes	29-40	Bom
Expositor 3 (C)	Cerâmica; Líticos	41-106	Bom
Expositor 4 (D)	Cerâmica	107-145	Bom
Expositor 5 (E)	Cerâmica; Líticos	146-163	Bom
Expositor 6 (F-H)	Metais; Cerâmica; Vidro	164-270 ⁵	Bom
Expositor 7 (I)	Cerâmica; Vidro	271-303	Bom
Expositor 8 (J)	Metais, Cerâmica e Vidro	304-346 ⁶	Bom
Expositor 9 (L)	Lítico; Osteológico	347-349	Mediano

Distribuição dos materiais da exposição permanente



Sala de Pré-História_vitrines A e L_Peças n.º 1 a 40

Sala de Proto-História_vitrines C, D e E_Peças n.º 41 a 163

Sala de Romanização_vitrines F, G, H e I_Peças n.º 164 a 304

Sala da Idade Média_vitrines J e K_Peças n.º 305 a 351

⁵ A colecção de moedas romanas exposta integra 148 espécies que constituem um subgrupo, não integrando a numeração sequencial dos objectos expostos. Desenvolvem-se segundo a seguinte subnumeração *Moedas republicanas* 237 (1) – 237 (16); *Júlios-Claúdios* 238 (1) – 238 (3); *Flávios – Antoninos* 239 (1) – 239 (3); *Reformas I* 239 (4) – 239 (16); *II* 239 (17) – 239 (23); *III* 239 (24) – 239 (26); *IV* 239 (27) – 239 (30); *V* 239 (31) – 239 (34); *VI* 239 (35) – 239 (40); *VII* 239 (41) – 239 (75); *VIII* 239 (76) – 239 (99); *X* 239 (100) – 239 (103); *XI* 239 (104) – 239 (105); *XIII* 239 (106) – 239 (121); *XIV* 239 (122); *XV* 239 (123 – 124); *XVI* 239 (125) – 239 (127); *XVII* 239 (128); *XVIII* 239 (129).

⁶ Da mesma forma, a colecção de moedas medievais em exposição não integra a numeração sequencial dos objectos expostos configurando também um subgrupo com a seguinte numeração 304 (1) – 304 (32), num total de 32 espécies.

4. Caracterização dos recursos humanos

O Museu Municipal Abade Pedrosa tem recursos humanos limitados. A responsabilidade técnica da gestão da colecção, incluindo naturalmente a sua conservação é da responsabilidade do Director do Museu e do responsável de conservação e restauro.

4.1. Relação do pessoal e suas categorias

4.1.1. Direcção

O Museu tem um director nomeado pelo Presidente da Câmara Municipal, ao qual compete a direcção das áreas técnicas do Museu, procurando assegurar a totalidade das funções museológicas. Compete ainda ao director do Museu propor o plano anual de actividades e outros instrumentos de gestão, tendo sempre em linha de conta as linhas programáticas do órgão executivo da Câmara Municipal.

4.1.2. Laboratório de Conservação e Restauro

Compete ao Laboratório de Conservação e Restauro assegurar a correcta salvaguarda das colecções do Museu, sendo responsável pela monitorização, conservação e restauro das peças que compõem o espólio do Museu, assim como dos materiais resultantes das intervenções arqueológicas realizadas no âmbito geográfico do município que são integrados no acervo do Museu.

4.1.3. Serviços Educativos

Compete aos Serviços Educativos desenvolver o acompanhamento das diferentes actividades organizadas pelo Museu que impliquem contacto com os diferentes públicos, especialmente as actividades de carácter lúdico-pedagógicas orientadas para o público escolar.

4.1.4. Serviços Administrativos

Os Serviços Administrativos promovem a gestão da comunicação, designadamente, o tratamento, envio e recepção de correspondência, a comunicação telefónica e a gestão financeira da loja.

4.1.5. Higiene e Limpeza

Os Serviços Auxiliares desenvolvem actividades que se relacionam com a recepção de visitantes, vigilância das exposições, montagem e expedição de exposições, trabalhos de monitorização, manutenção, limpeza e reparação.

4.2. Recursos internos e externos

O trabalho de conservação e restauro do acervo conta também com a colaboração de entidades com as quais a Câmara Municipal de Santo Tirso mantém relações protocolares de colaboração, designadamente a Escola Superior de Conservação e Restauro de Bens Culturais da Galiza, com sede em Pontevedra, que tem promovido inúmeros trabalhos de tratamento e restauro de materiais arqueológicos, nomeadamente, metais, cujos processos de estabilização, pela sua complexidade e necessidade de equipamentos especializados, se encontram para além das possibilidades técnicas disponíveis no Museu Municipal.

4.3. Formação

Sempre que possível o Museu procurará facilitar o acesso a formação específica aos seus técnicos.

5. Caracterização das áreas

5.1. Áreas de exposição permanente

Conforme anteriormente referido o Museu está instalado no edifício construído na primeira metade do séc. XVIII, com características arquitectónicas muito específicas que condicionam o espaço expositivo, assim como toda a sua orgânica funcional. A exposição permanente encontra-se instalada nas últimas quatro salas do edifício, obrigando a que o percurso da visita implique percorrer na íntegra todo o espaço do Museu. A visita completa da área expositiva envolve, obrigatoriamente, a passagem pela recepção e parte da galeria de exposições temporárias, a qual se acede no percurso da passagem das respectivas salas. A visita termina com a sala dedicada ao período medieval retornando-se à recepção e à loja do Museu através da galeria de exposições temporárias.

5.2. Áreas de exposição temporária

São duas as áreas expositivas utilizadas para a realização de actividades de carácter temporário. A galeria/corredor e o Auditório.

A Galeria/Corredor percorre longitudinalmente todo o edifício pela face oeste, definindo, na face este, o acesso às diferentes salas, nos quais se encontram instalados os serviços técnicos e a exposição permanente do Museu. Tem de área útil 297,62 m².

Constitui uma das principais espaços do Museu, funcionando simultaneamente como um grande átrio e galeria de exposições, uma vez que é partir dele que se faz a circulação do público.

A sala do auditório é frequentemente utilizada como espaço de actividades temporárias uma vez que este é constituído por uma estrutura articulada que permite a recolha de toda a composição numa única plataforma de 1,10m de largura, libertando a restante sala, garantido, dessa forma, a polivalência do espaço.

5.3. Áreas de reserva

O Museu possui alguns espaços adaptados destinados a acondicionar os materiais que não integram a exposição permanente, assim como os materiais provenientes das escavações arqueológicas, não constituindo, no entanto, reservas com as características ambientais actualmente exigíveis. Conforme referido, o edifício no qual o Museu se encontra instalado possui características arquitectónicas que implicaram a adaptação dos espaços existentes que já não respondem as exigências técnicas exigidas, sendo necessário efectuar obras de qualificação dos espaços utilizados como reservas.

Contudo, o facto de a maior parte dos materiais que constituem o acervo serem constituídos por materiais cerâmicos reduz o grau de exigências ambientais de armazenamento. Os objectos metálicos, que constituem o grupo de objectos de maior exigência de acondicionamento e controle ambiental, encontram-se acondicionados em espaços específicos com embalagens adaptadas às suas exigências.

5.4. Avaliação de dados ambientais

A avaliação dos dados ambientais é de crucial importância para uma correcta gestão das condições de exposição dos materiais. Desta forma, é feito, com carácter periódico um levantamento das condições ambientais das salas de exposição e respectivos expositores de forma a garantir uma monitorização constante das condições ambientais.

5.5. Levantamento dos equipamentos expositivos

No seguimento da alínea anterior, de igual modo, o conhecimento das características dos materiais de construção empregados nas salas de exposição, tanto ao nível das infra-estruturas, como dos próprios equipamentos expositivos (vitrinas, painéis, plintos), é indispensável para um exaustivo conhecimento das condições ambientais de exposição.

As estruturas que constituem o espaço expositivo são compostas por "armários" em madeira e vidro e apresentam particulares construtivas e soluções estéticas que se enquadram nas características construtivas do edifício. Genericamente, caracterizam-se por formarem blocos autónomos, com acesso ao interior pela parte anterior e apresentarem medidas uniformes ao nível da largura e altura, sendo o seu comprimento de acordo com o recorte da sala.

Estruturalmente, subdividem-se em três partes: a base constituída por um monobloco, construída em madeira de tola, sobre o qual assentam os estrados e plintos em que se apoiam as peças; a área expositiva, revestida integralmente a vidro com fundo em madeira (aglomerado folheado a tola), constitui verdadeiramente a área útil de exposição; a face superior é constituída por uma caixa, estruturalmente igual à base, mas com o interior vazado no qual se desenvolve a iluminação das vitrines, sendo revestida por um vidro fosco que regula a intensidade e uniformiza a dispersão da luz. No interior das vitrines todos os suportes utilizados para base das peças são revestidos a vidro fosco, no qual se inscreve a identificação da peça.

Os painéis de suporte da informação escrita e gráfica são compostos por placas de PVC, aplicadas sobre vidro fosco sobre o qual se aplicou uma película de vinil adesivo.

As características construtivas das estruturas garantem uma elevada estanquecidade, conservando um ambiente (humidade/temperatura), relativamente estável ao longo do ano.

Áreas expositivas

Proto-História	Base	Área da base	Panel de fundo	Área vertical	Volum	N.º plintos
Vitrina A	4,58 x 0,60 m	2,74 m ²	4,58 x 1,44 m	6,59 m ²	3,94 m ³	4
Vitrina B	2,21 x 0,60 m	1,32 m ²	2,21 x 1,44 m	3,18 m ²	1,91 m ³	5

Sala da Proto-História	Base	Área da base	Panel de fundo	Área vertical	Volum	N.º plintos
Vitrina C	5,42 x 0,58 m	3,14 m ²	5,42 x 1,44 m	7,81 m ²	4,53 m ³	12
Vitrina D	7,83 x 0,57 m	4,46 m ²	7,83 x 1,44 m	11,28 m ²	6,46 m ³	14
Vitrina E	1,94 x 6,09 m	7,62 m ²	6,09 x 1,44 m	8,77 m ²	10,98 m ³	14

Sala da romanização	Base	Área da base	Panel de fundo	Área vertical	Volum	N.º plintos
Vitrina F	1,75 x 0,57 m	1,00 m ²	1,75 x 1,44 m	2,52 m ²	1,44 m ³	4
Vitrina G	2,97 x 1,18 m	3,50 m ²	2,97 x 1,44 m	4,27 m ²	5,16 m ³	7
Vitrina H	2,99 x 0,57 m	1,71 m ²	2,99 x 1,44 m	4,30 m ²	1,47 m ³	4
Vitrina I	4,15 x 1,18 m	4,89 m ²	4,15 x 1,44 m	5,97 m ²	7,24 m ³	5
Plinto 1	2,37 x 0,59 m	1,39 m ²	1,35 x 0,85 m	1,14 m ²	0,79 m ³	—
Plinto 2	1,75 x 0,77 m	1,34 m ²	1,17 x 0,87 m	1,02 m ²	0,15 m ³	—

Sala da Idade Média	Base	Área da base	Panel de fundo	Área vertical	Volum	N.º plintos
Vitrina J	6,52 x 0,60 m	3,91 m ²	6,52 x 1,42 m	9,29 m ²	5,25 m ³	10
Vitrina K	2,21 x 1,00 m	2,21 m ²	1,37 x 0,88 m	1,20 m ²	0,78 m ³	—

6. Circulação de bens culturais

Compreende-se por - Circulação de bens culturais - a deslocação dos mesmos no espaço do próprio Museu, e externamente em relação à instituição a que pertencem.

Circulação interna – consiste na deslocação de peças no interior do Museu quando se realizam ou renovam exposições; se reorganizam as reservas; quando o objecto é alvo de estudo ou quando se desenvolvem trabalhos de limpeza, manutenção e intervenções de conservação e restauro.

Circulação externa – consiste na deslocação de peças no espaço exterior ao Museu. Para além da observância dos trâmites administrativos necessários, nomeadamente a obtenção de autorização por parte da tutela e a realização obrigatória do respectivo seguro são necessário cumprir critérios específicos de embalagem e transporte.

Na medida do possível, o MMAP guia-se pelas normas e os procedimentos seguidos pelo IPM - «Circulação de Bens Culturais».

7. Público

O Museu Municipal Abade Pedrosa, nos últimos seis anos, 2000 - 2005, foi visitado aproximadamente por 60 000 visitantes, o que permite estabelecer como média cerca de 11 mil visitantes por ano, se tivermos em linha de conta que, no ano de 2000 o Museu apenas registou metade da sua afluência habitual, devido ao facto de ter estado encerrado por cerca de seis meses, por motivo de obras.

Entende-se por - Avaliação de riscos – a identificação dos factores presentes no Museu que podem contribuir para a alteração do estado de conservação dos bens culturais ou mesmo para a sua degradação activa.

1. Edifício

O edifício do MMAP foi construído no triénio compreendido entre 1737 e 1740, tendo sofrido obras de adaptação na década de 40 do século XIX, para a instalação da Câmara Municipal e tribunal.

Atendendo à natureza do edifício, à sua data de construção e aos materiais empregues a sua monitorização e manutenção é permanente.

O principal problema identificado relaciona-se com a cobertura do edifício, pois o seu comprimento de cerca de 71m estruturada num telhado de duas águas, suportado por uma estrutura de madeira, cria um isolamento deficiente, registando-se com alguma frequência pequenas infiltrações que danificam pontualmente os tectos de tabique que constituem a cobertura dos espaços interiores.

Em termos gerais, poder-se-á considerar que o Museu se encontra bem localizado, protegido pelo enquadramento envolvente, apesar de se encontrar perto de uma estrada onde se regista um índice considerável de circulação rodoviária, na qual, apesar de se verificarem baixos índices de poluição, assinala-se um nível de vibrações significativo, fundamentalmente quando se verifica tráfego de pesados.

2. Áreas

Apesar das boas condições de localização do Museu que, em certa medida, reduzem o risco de exposição a fenómenos de natureza natural, será de considerar a possibilidade da ocorrência de um incêndio, ou de roubo, apesar de o edifício estar equipado com um sistema de detecção de incêndios e de alarme contra intrusão. Os actos de vandalismo, roubo e a práticas de actividades não autorizadas, que, eventualmente, poderão ocorrer durante o horário de funcionamento do Museu, tem vindo a ser prevenidos pela acção dos recepcionista/vigilantes, uma vez que o museu não dispõe de um sistema de video vigilância.

3. Instalações e acervo

Como é do conhecimento geral são inúmeros os riscos inerentes à segurança dos edifícios e respectivas colecções, variando o índice de acordo com as características de cada museu, a sua localização, acervo museológica à sua guarda, fluxo de visitantes, etc. São vários os agentes de risco que, com diferentes intensidade, ou por interacção, actuam sobre os diferentes materiais, causando, por vezes, danos irreversíveis.

Para efeito de avaliação das instalações e acervo do MMAP, distinguem-se três tipos de elementos em análise – Elementos físicos, elementos biológicos e elementos ambientais.

Com base no método utilizado por Jonathan Ashley-Smith, foi desenvolvida uma análise da probabilidade da incidência deste tipo de risco.

Avaliação de riscos – método de Jonathan Ashley-Smith

(Forças físicas / Fogo / Inundação / Pastes / Luz / Temperatura incorrecta / Humidade Relativa Incorrecta / Acção do homem)

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Impossível	0
	Improvável	1
	Possível	2
	Muito provável	3
Parte susceptível	Um só objecto dentro da colecção	1
	Parte ou área da colecção	2
	Toda a área ou colecção	3
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Pequeno recuperável 0 - 10%	1
	Menor, recuperação possível 10-50%	2
	Maior, irreversível 50-90%	3
	Grande 90-100%	4
Relevância dentro da colecção	Não intrínseco, baixo - valor médio	1
	Não intrínseco, médio a valor elevado	2
	Intrínseco, baixo - valor médio	3
	Intrínseco, médio - valor elevado	4
Sistemas actuais de controlo	Bom	1
	Razoável	2

3.1. Elementos físicos e atmosféricos

Relacionam-se com fenómenos atmosféricos ou geológicos (tempestades, sismos), de grande magnitude, aos quais estão ligados resultados de elevada gravidade, designadamente o colapso total ou de parte da estrutura do edifício. Atendendo à localização do edifício do MMAP, considera-se improvável a ocorrência deste tipo de risco.

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Improvável	1
Parte susceptível	Parte ou área da colecção	2
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Maior, irreversível 50-90%	3
Relevância dentro da colecção	Intrínseco, médio - valor elevado	4
Sistemas actuais de controlo	Mediocre	3

3.1.1. Incêndio

Atendendo ao nível de destruição que este tipo de evento provoca, assim com a sua imprevisibilidade, os meios preventivos são a melhor solução para evitar a sua ocorrência. O Museu dispõe das condições de segurança indispensáveis para a protecção e salvaguarda da integridade dos bens nele incorporados, designadamente, equipamento de detecção de incêndios e extintores. O plano de segurança encontra-se ainda em fase de execução uma vez que são necessárias obras de adaptação do edifício que carecem de um projecto de arquitectura, devidamente aprovado pela tutela, uma vez que o edifício se encontra classificado como Monumento Nacional.

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Possível	2
Parte susceptível	Parte ou área da colecção	2
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Maior, irreversível 50-90%	3
Relevância dentro da colecção	Intrínseco, médio - valor elevado	4
Sistemas actuais de controlo	Mediocre	3

3.1.2. Inundações

As inundações constituem um dos fenómenos mais devastadores e de efeitos mais irreversíveis que poderá acontecer num equipamento desta natureza.

O Museu Municipal encontra-se instalado no piso 1 da antiga hospedaria do mosteiro de S. Bento, registando apenas a face sul nivelada com o pavimento exterior, a que corresponde a entrada do museu, encontrando-se a parte restante do edifício a uma cota de 5 m do nível do solo, pelo que o risco de inundação, causada por efeitos naturais, é relativamente baixo. Todavia, para efeito de avaliação de risco, consideram-se as infiltrações nas paredes ou tectos através da cobertura, ou provocadas por eventuais rupturas da canalização.

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Improvável	1
Parte susceptível	Parte ou área da colecção	2
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Pequeno Recuperável 0-10%	1
Relevância dentro da colecção	Não intrínseco, médio a valor elevado	2
Sistemas actuais de controlo	Mediocre	3

3.1.3. Poluição

A existência de poluentes gasosos de origem externa (de natureza industrial ou relacionada com o tráfico automóvel), ou interna (relacionado com os materiais empregues na construção do edifício ou dos expositores), constituem um dos factores de maior importância na deterioração dos bens museológicos, independentemente da sua natureza, observando-se alterações químicas e estruturais irreversíveis em muitos suportes.

O Museu encontra-se relativamente protegido pelo enquadramento envolvente e pela inexistência de zonas industriais nas imediações. Todavia, constata-se a existência de uma estrada localizada na face sul do edifício, junto à entrada, que regista um índice elevado de circulação rodoviária, mas que, regista baixos níveis de poluição.

Contudo, a existência de 10 janelas e 3 portas na face oeste do edifício, de 19 janelas na face este e 2 janelas e a porta de entrada na face sul, constituem, por si só, um elemento de vulnerabilidade e um factor de acumulação de partículas de pó, que se deposita no interior, sendo recomendável a adopção de medidas minimizadoras deste efeito, assim como a adopção de práticas de monitorização.

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Improvável	1
Parte susceptível	Parte ou área da colecção	2
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Pequeno Recuperável 0-10%	1
Relevância dentro da colecção	Não intrínseco, baixo - valor médio	1
Sistemas actuais de controlo	Mediocre	3

3.1.4. Factor humano

Considera-se como factor de risco a acção do visitante a dois níveis; a nível ambiental e a nível da sua acção directa, relacionada com actos deliberados ou involuntários, que se façam reflectir na integridade dos bens em exposição.

As características estruturais do edifício em conjugação, com a natureza dos materiais em exposição e o fluxo médio de visitantes registados no MMAP, permitem afirmar que as alterações provocadas ao nível, da temperatura, humidade e qualidade do ar não sofrem alterações significativas de forma a provocarem efeitos nocivos nos materiais expostos.

As acções ou actos involuntários que resultem em acidentes com efeitos negativos para a integridade das peças é também relativamente reduzido, uma vez que, todos os materiais em exposição se encontram no interior de vitrines e não se registam obstáculos no percurso expositivo, potenciadores de acidentes. O grau de incidência de roubos e a prática de actividades não autorizadas, que poderão eventualmente ocorrer durante o horário de funcionamento do Museu, encontra-se já avaliado no quadro respeitante à caracterização das áreas.

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Possível	2
Parte susceptível	Parte ou área da colecção	2
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Pequeno Menor 10 – 50%	2
Relevância dentro da colecção	Não intrínseco, médio - valor elevado	2
Sistemas actuais de controlo	Razoável	2

3.2. Elementos biológicos

3.3. Pestes

Os organismos nocivos constituem uma ameaça muito séria, no que respeita à conservação de materiais orgânicos, especialmente do papel, a madeira e os têxteis. Ao nível da conservação preventiva, a avaliação de risco constitui um dos principais instrumentos de prevenção, uma vez que a sua acção, apesar de gradual, só se torna visível quando os danos já são muito significativos e por vezes irreparáveis. Apesar da envolvente do Museu propiciar o desenvolvimento de pestes, não se tem verificado danos causados por insectos, tendo-se apenas registado uma ocorrência de roedores, cuja desinfestação foi definitiva. Importa contudo ressaltar o facto que os materiais em exposição e em reserva são constituídos por materiais inorgânicos, muito pouco susceptíveis a este tipo de ocorrência.

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Possível	2
Parte susceptível	Parte ou área da colecção	2
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Pequeno Menor 10 – 50%	2
Relevância dentro da colecção	Não intrínseco, médio - valor elevado	2
Sistemas actuais de controlo	Razoável	2

3.4. Elementos ambientais

No que respeita à conservação e manutenção de bens culturais, as condições ambientais são, provavelmente, o aspecto mais importante a considerar, nomeadamente no que concerne à sua estabilidade estrutural. Estas envolvem o controle da temperatura e da humidade relativa, o controle da luz e dos gases poluentes. Desta forma, a avaliação de risco e a correcta monitorização da interacção dos diferentes elementos poderá permitir precaver processos erosivos, em muitos casos irreversíveis. Fundamentalmente, são três os factores considerados, luz, humidade e temperatura, que deverão ser analisados individualmente e na sua interacção, em conjugação com a constituição dos objectos, e a sua vulnerabilidade implícita, de acordo com a natureza do acondicionamento.

3.4.1. Luz e iluminação

A iluminação incorrecta dos objectos em exposição poderá provocar danos irreversíveis na superfície dos objectos, através de processos químicos incuzidos pela absorção de energia. Os materiais apresentam diferentes índices de vulnerabilidade,

de acordo com a sua natureza e estado de conservação. Os materiais que constituem o acervo do MMAP (cerâmica, vidro, metais e pedra), constituem o grupo de menor vulnerabilidade.

Do alargado conjunto de fontes de energia, existem fundamentalmente duas cuja incidência sobre a superfície dos materiais provoca a sua alteração;

Ultravioleta (UV) – Radiações que invadem as estruturas orgânicas e podem desencadear fenómenos de degradação da estrutura molecular.

Infravermelhos (IV) – Radiações responsáveis pela transmissão de calor acelerando os processos de degradação na superfície.

O Museu Municipal procedeu ao levantamento *luximétrico* de todos os seus espaços físicos, com particular atenção aos expositores que compreendem a exposição permanente do Museu.

A unidade para medir o fluxo luminoso é o lux > lúmen por metro quadrado. A medida referente à museografia, de acordo com a tabela anexa ao aparelho utilizado – ILLUMINOMETER MODEL 5200 – é o microwatt por lúmen.

No presente caso, foi utilizada a escala de 0 a 1000 lux (escala vermelha), tendo em conta que os materiais expostos da colecção arqueológica do Museu, constituída por pedra, cerâmica e bronze, são objectos pouco sensíveis quando comparados por exemplo com telas de pintura.

Neste sentido, os valores médios recomendados para este tipo de objectos, no período de abertura ao público do Museu Municipal > 7 horas/dia, deveria situar-se entre os 300 e os 400 lux, e nunca menos, tendo em conta a possibilidade de haver objectos com decoração à superfície. Na outra escala, designada para a exposição à radiação ultravioleta, a média recomendada seria entre os 75 e os 125 lux, e nunca menos. Todavia, esta medição de U.V. é desnecessária para este tipo de materiais expostos, segundo o manual do MODEL 5200.

O levantamento foi feito com as luzes todas ligadas e com as cortinas de pano-cru descidas procurando o ambiente normal do dia-a-dia. Durante o trabalho, o aparelho foi sempre colocado no chão, e, no caso das vitrinas, na base, ou seja, afastado o mais possível da lâmpada. Com efeito, num primeiro teste ao aparelho MODEL 5200, quanto mais próximo da lâmpada maior era o lux e, com as cortinas corridas, o lux atingia o valor máximo junto à janela, como seria natural.

Existem dois tipos de lâmpadas no Museu Municipal: fluorescentes, mais fortes, e de halógeno. Devido ao mercúrio existente nas lâmpadas seria recomendado uma iluminação adequada para objectos de ouro e de prata, no caso específico do Museu, na exposição de moedas.

Após as referidas considerações percorreram-se todos os espaços do Museu Municipal, no piso 1 e no sótão.

O MMAP não dispõe de luxímetros nas áreas expositivas. Todavia, apesar da natureza das suas colecções e à sua baixa vulnerabilidade, conjugada com os baixos índices de exposição (lux / hora por ano), não suscitar particulares preocupações, entende-se a aquisição de equipamento de controlo como necessária, de forma a poder efectuar um trabalho de monitorização com carácter regular e periódico.

Medições recolhidas no Interior das vitrinas

Identificação	Colecção / Material	Quantidade de lux
Expositor (A)	Líticos	360 lux
Expositor (B)	Cerâmica; Eronzes	360 lux
Expositor (C)	Cerâmica; Líticos	340 lux
Expositor (D)	Cerâmica	500 lux
Expositor (E)	Cerâmica; Líticos	400 lux
Expositor (F)	Metais; Cerâmica; Vidro	80 lux
Expositor (G)	Cerâmica; Vido	320 lux

Expositor (H)	Metais; Cerâmica e Vidro	150 / 300 lux
Expositor (I)	Lítico; Osteológico	150 lux
Expositor (J)	Cerâmico; metálico e lítico	180 lux
Expositor (L)	Osteológico	60 lux

Medições recolhidas nas áreas públicas e de acesso reservado em Abril 2007

Local	Intensidade da luz
Galeria/Corredor	460 lux (poente) / 340 lux (centro) / 300 lux (nascente)
Sanitários	hall 120 lux / WC 160 lux
Laboratório	360 lux
Recepção/Loja	340 lux
Auditório	400 lux (ao nível do solo) / 180 / 200 lux (ao nível do superior da bancada)
Serviços Administrativos (2 salas)	620 lux
Sala da Pré-História	280 lux (520 lux na zona dos painéis exteriores)
Sala da Proto-História	340 lux (550 lux na zona dos painéis)
Reserva (sala 9)	90 lux
Reserva (sala 12)	50 lux
Sala da romanização	190 lux (220 lux na zona da exposição das tégulas e tijolos)
Reserva (sala 15)	40 lux
Sala da Idade Média	180 lux (240 lux na zona dos painéis)
Reserva / Sótão	Sala 1 - 390 lux / Sala 2 - 160 lux

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Possível	2
Parte susceptível	Um só objecto dentro da colecção	1
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Pequeno (Menor 10 - 50%)	2
Relevância dentro da colecção	Não intrínseco, médio - valor elevado	2
Sistemas actuais de controlo	Mediocre	3

3.5.2. Humidade

A humidade relativa⁷ constitui um dos principais elementos de desenvolvimento de processos de alteração da estrutura molecular dos objectos metálicos, acelerando os processos de corrosão, nomeadamente dos objectos de ferro, cobre, bronze, chumbo e prata. Da mesma forma, provoca processos de dilatação e retracção, em particular da madeira. Em conjugação com níveis propícios de temperatura constitui a base para o crescimento de microrganismos que, para além de atacarem matérias orgânicas, se desenvolvem também em pedra, vidro e mesmo o bronze.

O MMAP apresenta níveis de humidade que variam de acordo com as estações do ano, em certa medida influenciados pela sua localização geográfica, características estruturais e arquitectónicas do edifício e ausência de aquecimento. Os níveis oscilam entre 65% no Inverno e os 30-35% no Verão, criando uma amplitude significativa que, contudo, é equilibrada com a pequena variação da temperatura registada ao longo do ano.

Medições recolhidas no interior das vitrinas (2007)

Identificação	Colecção / Material	Humidade relativa		
		Mínima	Máxima	Actual (Out. 2007)
Expositor (A)	Líticos	29%	81%	44%
Expositor (B)	Cerâmica; Bronzes	0%	67%	47%
Expositor (C)	Cerâmica; Líticos	37%	77%	42%
Expositor (D)	Cerâmica	0%	71%	43%
Expositor (E)	Cerâmica; Líticos	48%	79%	48%

⁷ Humidade - quantidade de vapor de água que num determinado volume de ar (humidade absoluta). Humidade relativa - relação de humidade que existe num determinado espaço, e a uma determinada temperatura, e a quantidade máxima de vapor de água que esse mesmo espaço e a mesma temperatura poderiam ter.

Expositor (F)	Metais; Cerâmica; Vidro	36%	75%	44%
Expositor (G)	Cerâmica; Vidro	38%	78%	47%
Expositor (H)	Metais, Cerâmica e Vidro	36%	79%	50%
Expositor (I - Necrópole)	Lítico; Osteológico	47%	54%	47%
Plinto 1	Cerâmica	50%	59%	51%
Plinto 2	Cerâmica	50%	53%	50%
Expositor J	Cerâmica; Metais e Vidro	40%	80%	48%
Expositor K	Cerâmica; Metais e Vidro	49%	53%	52%

Medições recolhidas nas áreas públicas, de acesso reservado e reservas (2007)

Identificação	Humidade relativa		
	Mínima	Máxima	Actual (Out. 2007)
Galeria/Corredor	52%	63%	56%
Sanitários	58%	60%	59%
Laboratório	56%	58%	57%
Recepção/Loja	0	83%	58%
Auditório	56%	58%	57%
Serviços Adm. (2 salas)	52%	62%	54%
Sala da Pré-História	50%	59%	51%
Sala da Proto-História	53%	58%	53%
Reserva 9	52%	58%	52%
Reserva 12	49%	52%	50%
Sala da romanização	50%	59%	51%
Reserva 15	50%	51%	51%
Sala da Idade Média	49%	53%	49%
Reserva /Sótão	48%	53%	50%

Avaliação de riscos

Factores	Categorias	Valor
Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Possível	2
Parte susceptível		
Dano alcançado dentro de um período de tempo		
Relevância dentro da colecção		
Sistemas actuais de controlo		

Probabilidade de acontecer dentro de um período de tempo	Possível	2
Parte susceptível	Parte área da colecção	2
Dano alcançado dentro de um período de tempo	Menor, recuperação possível 10-50%	2
Relevância dentro da colecção	Intrinseco, baixo – valor médio	3
Sistemas actuais de controlo	Razoável	2

3.4.3 Temperatura

À semelhança da humidade, ou em sua conjugação, a temperatura fora dos parâmetros recomendados constitui um dos principais agentes propiciadores de desenvolvimento de processos químicos e de alteração da estrutura molecular dos objectos. Neste sentido, é necessário que o ambiente de exposição ou de acondicionamento dos materiais permaneça estável, com valores em torno de 18° a 20° e 55 a 60% de humidade relativa do ar.

O MMAP não possui equipamento de climatização que permita corrigir as oscilações de temperatura que se registam ao longo do ano, sendo frequentes os registos na ordem dos 30° a 35°, no período do verão, o que não deixa de ser significativo, mesmo tendo em consideração a natureza dos materiais expostos e o seu baixo índice de vulnerabilidade. Todavia, ao longo dos últimos anos, não foram detectados danos ou alterações nos objectos.

O interior dos expositores e as salas de exposição são monitorizados permanentemente através de termohigrómetros digitais.

Medições recolhidas no interior das vitrinas (2007)

Identificação	Colecção / Material	Temperatura		
		Mínima	Máxima	Média (Out. 2007)
Expositor (A)	Líticos	8,3°	33,4°	22,5°
Expositor (B)	Cerâmica; Bronzes	0,0°	23,0°	26,6°
Expositor (C)	Cerâmica; Líticos	5,4°	35,1°	23,0°
Expositor (D)	Cerâmica	0,0°	34,9°	23,5°
Expositor (E)	Cerâmica; Líticos	8,0°	32,8°	21,3°
Expositor (F)	Metais; Cerâmica; Vidro	6,5°	34,2°	21,6°
Expositor (G)	Cerâmica; Vidro	6,9°	33,3°	20,8°
Expositor (H)	Metais, Cerâmica e Vidro	5,9°	34,2°	21,5°
Expositor (I)	Lítico; Osteológico	17,5°	20,4°	20,0°
Plinto 1	Cerâmica	16,7°	22,2°	17,2°
Plinto 2	Cerâmica	18,7°	20,2°	20,2°
Expositor J	Cerâmica; Metais e Vidro	7,9°	33,9°	19,8°
Expositor K	Cerâmica; Metais e Vidro	18,7°	20,2	18,8

Medições recolhidas nas áreas públicas de acesso reservado e reservas (2007)

Identificação	Temperatura		
	Mínima	Máxima	Média (Out. 2007)
Galeria/Corredor	0,0°	29,0°	18,9°
Sanitários	18,3°	19,3°	18,4°
Laboratório	18,8°	19,5°	18,9°
Recepção/Loja	0,0°	29,0°	18,8°
Auditório	18,6°	19,3°	18,9°
Serviços Adm.	17,3°	21,3°	17,9°
Sala da Pré-História	16,7°	22,2°	16,8°
Sala da Proto-História	17,2°	18,2°	17,7°
Reserva 9	17,2°	18,5°	18,5°
Reserva 15	17,8°	17,7°	17,7°
Sala da Romanização	16,7°	22,2°	17,2°
Reserva 12	17,9°	19,0°	18,1°
Sala da Idade Média	18,0°	18,5°	18,0°
Reserva / Sótão	17,5°	18,7°	17,5°

3.5. Avaliação da vulnerabilidade dos objectos

3.5.1. Metais

Os metais não sofrem alterações significativas quando sujeitas à intensidade da luz e da temperatura. Ambientes húmidos provocam corrosão.

Vulnerabilidade

Colecções	Temperatura	Humidade relativa	Intensidade da luz
Bronzes e ferros	+ - 20°	+ - 30%	+ - 100 - 150 Lux

3.6.2. Cerâmica

A cerâmica constitui, indiscutivelmente, o tipo de material de maior representação na colecção do MMAP, constituindo cerca de 90% dos materiais do seu acervo. Como material inorgânico, apresenta exigências ambientais relativamente modestas, a

que acresce o facto de a maioria ser proveniente de escavações arqueológicas e, como tal, terem sido sujeitas a um tratamento prévio ao seu acondicionamento.

Quando submetida a uma temperatura muito elevada a cerâmica pode tornar-se rígida com tendência a esboroar-se através do manuseamento; oscilações bruscas de temperatura provocam fissuras e fracturas. A cerâmica por vezes contém sais que podem provocar reacções no objecto com as variações de humidade relativa, e, como consequência, podem ocorrer fenómenos de dissolução e de cristalização que podem originar destacamentos na superfície. A cerâmica é pouco sensível à intensidade da luz.

Vulnerabilidade

Coleções	Temperatura	Humidade relativa	Intensidade da luz
Cerâmica	+ - 20°	+ - 50%	+ - 200 Lux
Azulejos	+ - 20°	+ - 50%	+ - 200 Lux

3.5.3. Vidro

Constitui a colecção menos sensível a oscilações de temperatura e de intensidade da luz. Ambientes muito húmidos provocam a degradação do vidro.

Vulnerabilidade

Coleções	Temperatura	Humidade relativa	Intensidade da luz
Vidro romanos e medievais	+ - 20°	+ - 50%	+ - 200 Lux

3.5.4. Pedra

Como material inorgânico, à semelhança da cerâmica e dos vidros, apresenta exigências ambientais relativamente modestas. Os materiais em depósito são provenientes de escavações arqueológicas e, como tal, são sujeitos a um tratamento prévio ao seu acondicionamento ou eventual exposição.

Em ambientes muito húmidos os objectos em pedra tornam-se permeáveis à presença de fungos. A intensidade da luz deve ser controlada em objectos de pedra policromados.

Vulnerabilidade

Coleções	Temperatura	Humidade relativa	Intensidade da luz
Pedra	+ - 20°	+ - 50%	+ - 200 Lux

4. Factor humano

Os riscos de ocorrências danosas para a boa preservação das colecções relacionam-se com as condições de segurança, designadamente o seu acesso e manuseamento. Actualmente o MMAP dispõe de condições suficientes para promover a protecção dos bens culturais à sua guarda, das suas instalações, bem como dos visitantes e do pessoal que nele trabalha. Com vista à salvaguarda do seu acervo museológico o MMAP rege-se por um Regulamento Interno que impõe algumas regras e restrições à conduta dos visitantes e investigadores com o objectivo de promover os bens culturais do seu acervo.

4.1. Limitações à entrada

O MMAP rege-se por Regulamento Interno, no qual estão previstos um conjunto de restrições à entrada de forma a salvaguardar o seu acervo e os bens culturais à sua guarda.

- 1) Não é permitida a entrada a pessoas com objectos de grandes dimensões, assim como outros objectos, tais como mochilas, chapéus-de-chuva e sacos de compras, devendo estes ser deixados na recepção.
- 2) Caso o visitante pretenda guardar na recepção objectos que repute de elevado valor, estes devem ser declarados e identificados pelo visitante.
- 3) A responsabilidade civil do Museu pela guarda de objectos de valor elevado implica por parte do visitante a respectiva declaração e identificação.
- 4) O pessoal da recepção pode recusar-se a guardar objectos pessoais do visitante, caso se verifique que estes não podem ser guardados com segurança na área de acolhimento.
- 5) Relativamente às actividades do domínio das artes do espectáculo realizadas no auditório:
 - a) Não é permitido fotografar, filmar ou efectuar gravações de som em qualquer zona do auditório, excepto se tal for previamente autorizado;
 - b) No caso das fotografias ou gravações de som e de imagens de artistas, grupos de artistas ou outros intervenientes e participantes, será ainda necessária a autorização prévia destes, de modo a salvaguardar os direitos de autor e as condições necessárias para o normal desempenho durante as actuações.

4.2. Normas de acesso dos visitantes

No Regulamento Interno do MMAP (art. 18º), estão previstas as seguintes normas de visita;

- 1) Não é permitida a entrada a animais no espaço do Museu.
- 2) Não é permitido comer ou beber, salvo em situações devidamente autorizadas.
- 3) Não é permitido correr nos diversos espaços de exposição permanente ou temporária.
- 4) Tocar nas peças.
- 5) Fumar.
- 6) Fotografar ou filmar, sem autorização prévia da direcção do Museu.
- 7) Usar telemóvel, quer para manter conversação quer para tomada de imagens de peças do Museu.

4.3. Apoio a pessoas com mobilidade reduzida

No Regulamento Interno do MMAP (art. 19º), estão previstas as seguintes normas internas de apoio a pessoas com mobilidade reduzida;

Dentro das condicionantes estruturais existentes, devido ao facto do MMAP estar instalado num imóvel classificado como Monumento Nacional, e por isso não responder a todas as condições de acessibilidade que actualmente se exigem aos edifícios públicos, é norma do Museu e prática dos seus Serviços Educativos, dentro das limitações referidas, trabalhar com as pessoas portadoras de necessidades especiais que pretendam visitar o Museu.

4.4. Acesso às reservas

No Regulamento Interno do MMAP (art. 20º), estão previstas as seguintes regras de acesso às reservas;

1) O MMAP é um espaço público, pelo que as peças à sua guarda em reserva encontram-se disponíveis aos investigadores, mediante os seguintes critérios:

- a) O acesso dos investigadores às peças em contexto de reserva pode ser autorizado mediante solicitação fundamentada, apresentada ao Director do Museu e devidamente autorizada, na qual deverá constar a identificação do investigador e a instituição no qual se enquadra, quais as peças e documentos a consultar e qual a finalidade a que se destina a investigação;
- b) Quando concedido aos investigadores o acesso às peças, a sua consulta e manuseamento será efectuada nas instalações do Museu, em local e horário previamente definido e nas condições determinadas pela Direcção do Museu.

2) Constituem motivo de interdição de acesso à consulta os seguintes factores:

- a) O mau estado de conservação das peças;
- b) Necessidades especiais de conservação das peças que impeçam o seu manuseamento;
- c) Caso se encontrem sujeitas à reserva de prioridade científica de investigadores detentores desses direitos, designadamente no que se refere a materiais provenientes de escavações arqueológicas.

4.5. Acesso à documentação

No Regulamento Interno do MMAP (art. 21º), estão previstas as seguintes regras de acesso à documentação;

- 1) O MMAP é um espaço público, pelo que a informação relativa às peças à sua guarda é considerada de uso público.
- 2) O Museu disponibiliza, mediante solicitação fundamentada, o acesso aos dados constantes nas fichas de inventário, assim como aos elementos constantes no processo técnico que algumas das peças possuem.
- 3) O acesso à documentação será condicionado ou interdito sempre que os elementos constantes do processo sejam considerados confidenciais, nomeadamente quando a sua divulgação possa pôr em causa a segurança das peças, ou quando as peças depositadas ou doadas ao Museu possuam normas restritivas impostas pelos depositantes ou doadores.

4.6. Normas para utilização das colecções para fim de investigação científica

No Regulamento Interno do MMAP (art. 21º), estão previstas as seguintes normas para utilização das colecções para fim de investigação científica;

- 1) O Museu Municipal Abade Pedrosa é um espaço público, pelo que a informação relativa às peças ou à documentação com elas relacionada será disponibilizada aos investigadores que a solicitem para efeitos de investigação e publicação.
- 2) O acesso dos investigadores à documentação e respectivas colecções deverá ser alvo de uma solicitação escrita, devidamente fundamentada, na qual deverá constar a identificação do investigador e a instituição no qual se enquadra, quais as peças e documentos a consultar e qual a finalidade a que se destina a consulta.
- 3) O investigador ou instituição requerente deverá sempre mencionar a autoria da informação disponibilizada pelo Museu.
- 4) Em caso de uso indevido e não autorizado de dados ou documentos pertencentes ao Museu, serão accionados os direitos legais de acordo como definido no Código do direito de autor e dos direitos conexos segundo o Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março, alterado pelas Leis n.º 45/85 de 17 de Setembro, 114/91 de 3 de Setembro e Decretos-Lei n.º 332/97 e 334/97 ambos de 27 de Novembro e pela Lei n.º 50/2004 de 24 de Agosto.

1. Segurança

O Museu Municipal não possui um plano de segurança devidamente aprovado pelas entidades de tutela. Com o intuito de cumprir com os requisitos definidos a Câmara Municipal encomendou um *Estudo Prévio*, no qual se redefiniu o programa do edifício de forma a incorporar as alterações estruturais necessárias de forma a garantir as condições de segurança, assim como melhorar as condições de acolhimento. Actualmente o MMAP dispõe de condições suficientes para garantir a integridade dos bens culturais neles incorporados, assim como do pessoal que nele trabalha e dos visitantes que acolhe. Para o efeito conta com um sistema de detecção de incêndio e um sistema contra intrusão, bem como integrar o conjunto de edifícios sob vigilância da polícia municipal.

De acordo com o definido no Regulamento Interno do Museu, encontram-se implementadas um conjunto de restrições à entrada que são monitorizadas pelos funcionários que desempenham funções de guardaria.

2. Monitorização e controlo ambiental e biológico

2.1. Luz

A iluminação constitui um dos principais factores de degradação dos bens culturais que integram a generalidade das colecções em exposição em museus, pelo que a incorporação de iluminação artificial deverá revelar critérios de rigor.

São conhecidos os diferentes índices de vulnerabilidade dos materiais em exposição, em função da sua natureza e estado de conservação, dos quais se destacam as matérias orgânicas que absorvem a luz, acumulando a energia que bombardeia a superfície.

A colecção do MMAP, como foi anteriormente descrito, é composta exclusivamente por materiais de natureza inorgânica, podendo ser iluminados através da luz natural, desde que esta seja filtrada, como efectivamente acontece, dado que as janelas estão equipadas com cortinas de pano-cru.

As fontes de luz utilizadas no Museu são a luz natural e a luz artificial.

- Luz natural – muito constante, uma vez que a orientação do edifício, conjugada com a localização das salas permite uma exposição directa em 60% do dia solar.

- Luz artificial – produzida a partir de energia eléctrica para iluminação do interior das vitrines. A iluminação é feita indirectamente através de um vidro opalino de 6 mm de espessura.

O MMAP procede a uma monitorização técnica, com regularidade anual, através de levantamentos luximétricos, contratados a empresas da especialidade, de forma a garantir que os objectos expostos estão iluminados dentro dos parâmetros adequados.

O MMAP não dispõe de luxímetros nas áreas expositivas. Todavia, apesar da natureza das colecções do MMAP e à sua baixa vulnerabilidade, conjugada com os baixos índices de exposição (lux/hora por ano), não suscitar particulares preocupações, entende-se a aquisição de equipamento de controlo como necessária, de forma a poder efectuar um trabalho de monitorização com carácter regular e periódico. Da mesma forma, pretende-se adquirir medidores de ultravioletas de forma a efectuar um controlo integral da iluminação, eléctrica e solar, de feição a garantir a diminuição de eventuais factores de degradação.

Vulnerabilidade

Categoria	Objectos	Lux / (m ² . h) por ano
Sensibilidade alta	Documentos gráficos, livros, couro, têxteis, tapeçarias, história natural	10 000 lux por ano
Sensibilidade moderada	Pintura, marfim, osso, escultura policromada (madeira)	1000 000 lux ano
Sensibilidade baixa	Pedra, metais, cerâmica	3 000 000 lux por ano

2.2. Humidade relativa e temperatura

As condições ambientais constituem um elemento de primordial importância na conservação dos bens culturais. Entre os diferentes factores que concorrem para a sua definição encontram-se as condições termo-higrométricas, cujo controle para a preservação dos objectos é absolutamente crucial. As flutuações dos seus valores são responsáveis por inúmeros fenómenos de natureza física e química que originam danos nos objectos, cujo efeito não é reversível.

O MMAP apresenta níveis de humidade que oscilam de acordo com as estações do ano, sendo influenciadas pela sua localização geográfica, pelas características estruturais e arquitectónicas do edifício e a ausência de um sistema de climatização do edifício. A amplitude dos índices de humidade é na ordem dos 30% ao longo do ano, flutuando entre os 65% de humidade relativa no Inverno e os 30-35% no Verão, cujos efeitos negativos são equilibrados pelo facto de se verificar uma pequena amplitude térmica anual.

Este fenómeno é também relativamente atenuado pela estanqueidade dos expositores, acompanhado pela colocação de desumidificadores em todas as salas e no interior de algumas das reservas internas, de forma a controlar os períodos de maior índice percentual. No interior das vitrines onde se encontram os metais em exposição é colocado *Artsorb*⁸ em quantidades que permitem um efeito de auto regulação dentro de parâmetros aceitáveis de 50 a 65% de humidade relativa. Apesar das condições existentes serem susceptíveis de uma melhoria significativa, até ao momento não se verificaram processos de corrosão anormais.

O interior dos expositores e as salas de exposição são monitorizados permanentemente através de termohigrómetros digitais.

2.3. Controlo biológico

A presença de organismos nocivos constitui uma das preocupações centrais na conservação de acervos museológicos, entendendo-se por controlo biológico o conjunto de acções tendentes à sua eliminação. A sua acção, particularmente destruidora, especialmente em materiais orgânicos, faz que o seu efectivo controlo constitua uma das acções centrais da conservação preventiva.

Apesar da localização do MMAP ser propícia ao desenvolvimento de organismos nocivos, uma vez que se encontra rodeado de espaços agrícolas, não têm sido detectada a presença de organismos nocivos, certamente resultado da limpeza cuidada e frequente dos espaços do Museu, da área envolvente e dos materiais expostos. Constitui prática corrente sempre que se verifique uma nova incorporação proceder a uma avaliação do seu estado de conservação de forma a prevenir a disseminação de uma infestação.

Uma anomalia séria, com prejuízos na conservação e manutenção do edifício é originada pela presença de aves, designadamente pombas, que se concentram na cobertura em número considerável, originando uma concentração de dejectos assinalável, com as consequências conhecidas para tais tipos de ocorrências. Com vista à eliminação do problema

⁸ O *Artsorb* apresenta uma grande capacidade de retenção de humidade constituindo uma eficiente resposta a alterações de humidade relativa, de controlo passivo para a conservação de bens culturais. A variedade de formas do *Artsorb* toma o controlo de humidade possível virtualmente em qualquer ambiente fechado. São necessários 0,5-1kg por metro cúbico de volume de ar.

o MMAP pretende recorrer ao uso de espigões metálicos, estrategicamente colocados, de forma a eliminar a sua presença e nidificação.

Com vista à implementação de um controlo biológico efectivo são efectuadas inspecções de rotina a todos os espaços do Museu, especialmente nos períodos de reprodução das espécies e ciclos vegetativos. No âmbito da exposição permanente são periodicamente inspeccionados os espaços expositivos de forma a detectar qualquer situação anómala, resultante da acção de organismos nocivos.

2.4. Poluentes

A poluição constitui um dos principais problemas na conservação dos edifícios e acervos museológicos. A poluição de maior expressão registada no MMAP tem origem externa e é, fundamentalmente, gerada pelo tráfego automóvel. A poluição interna é provocada pelos visitantes que transportam quantidades significativas de pó e constitui um problema de relativa importância, uma vez que as poeiras e a sujidade contêm materiais orgânicos ácidos que, para além de estimularem a deterioração química, constituem um ambiente propício para o desenvolvimento organismos nocivos.

O controle e minimização da acção dos poluentes no MMAP fazem-se através da monitorização das janelas, portas e tapetes, assim como através das rotinas diárias de limpeza.

3. Manutenção de equipamento e espaços

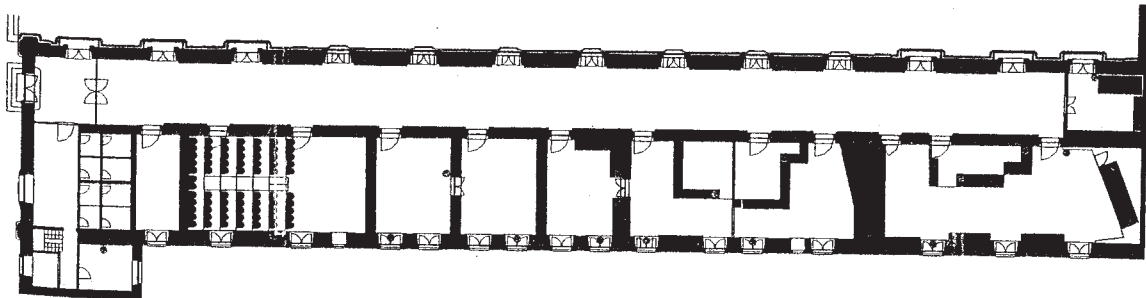
3.1. Equipamentos de monitorização ambiental

Equipamentos de monitorização ambiental

Designação do equipamento	Quantidade
Termohigrógrafos digitais	11

Equipamentos de controlo

Designação do equipamento	Sala	Quantidade
Desumidificador	Laboratório	1
Desumidificador	Sala da Pré-História	1
Desumidificador	Sala da Proto-História	2
Desumidificador	Sala da Romanização	2
Desumidificador	Sala da Idade Média	2
Desumidificador	Serviços Administrativos	1
Desumidificador	Serviços Educativos	1
Desumidificador	Reserva / Sótão	1

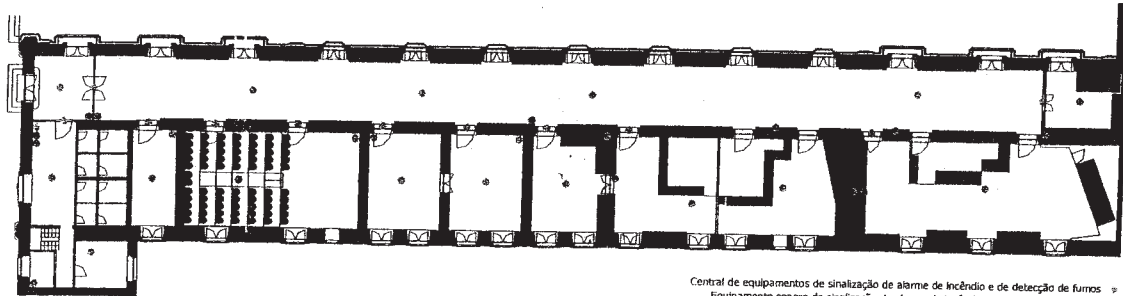


- Desumidificadores
- Termohigrógrafos digitais

Equipamentos de controlo

Designação do equipamento	Sala	Quantidade
Detector de fumos	Laboratório	1
Detector de fumos	Sala da Pré-História	1
Detector de fumos	Sala da Proto-História	2
Detector de fumos	Sala da Romanização	1
Detector de fumos	Sala da Idade Média	1
Detector de fumos	Serviços Administrativos	1
Detector de fumos	Serviços Educativos	1
Detector de fumos	Galeria / Corredor	6
Detector de fumos	Reserva / Sótão	1
Detector de fumos	Recepção / Loja	1
Detector de fumos	Auditério	1

Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tiras
Planta Geral Localização dos equipamentos de Segurança
1.º Piso

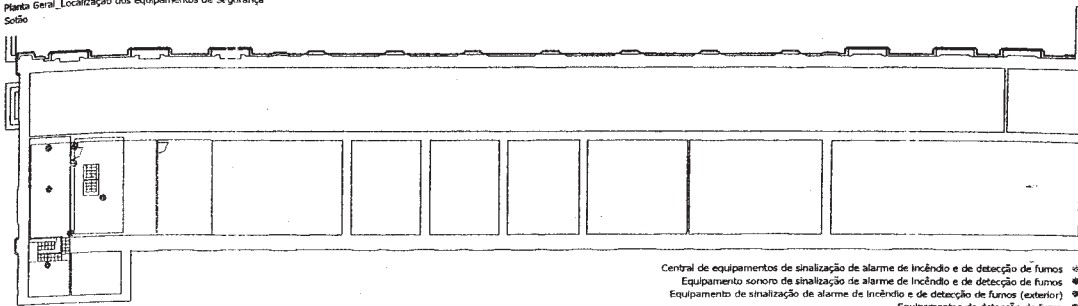


- Central de equipamentos de sinalização de alarme de incêndio e de deteção de fumos
- Equipamento sonoro de sinalização de alarme de incêndio e de deteção de fumos
- Equipamento de sinalização de alarme de incêndio e de deteção de fumos (exterior)
- Equipamentos de deteção de fumo
- Equipamento de sinalização de fumo
- Equipamentos de deteção de intrusão
- Equipamentos de ativação de alarme de incêndio
- Extintores

Equipamentos de controlo

Designação do equipamento	Sala	Quantidade
Detector de intrusão	Laboratório	1
Detector de intrusão	Sala da Pré-História	1
Detector de intrusão	Sala da Proto-História	2
Detector de intrusão	Sala da Romanização	1
Detector de intrusão	Sala da Idade Média	1
Detector de intrusão	Serviços Administrativos	1
Detector de intrusão	Serviços Educativos	1
Detector de intrusão	Galeria / Corredor	4
Detector de intrusão	Reserva / Sótão	2
Detector de intrusão	Reserva / Sótão	2
Detector de intrusão	Recepção / Loja	1
Detector de intrusão	Auditério	1

Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso
Plano Geral Localização dos equipamentos de Segurança
Solo



Central de equipamentos de sinalização de alarme de incêndio e de deteção de fumos ●
 Equipamento sonoro de sinalização de alarme de incêndio e de deteção de fumos ●
 Equipamento de sinalização de alarme de incêndio e de deteção de fumos (exterior) ●
 Equipamentos de deteção de fumo ●
 Equipamento de sinalização de fumo ●
 Equipamentos de deteção de intrusão ●
 Equipamentos de activação de alarme de incêndio ●
 Extintores ●

Equipamentos de controlo

Designação do equipamento	Sala	Quantidade
Extintores	Laboratório	1
Extintores	Sala da Pré-História	---
Extintores	Sala da Proto-História	---
Extintores	Sala da Romanização	---
Extintores	Sala da Idade Média	---
Extintores	Serviços Administrativos	1
Extintores	Serviços Educativos	---
Extintores	Galeria / Corredor	---
Extintores	Reserva / Sótão	2

4. Materiais, equipamentos e sistemas da exposição

4.1. Exposição. Características gerais das salas de exposição e respectivos expositores.

O mobiliário expositivo é composto por "armários" de madeira e vidro, dotados de iluminação própria instalada no topo superior onde forma uma caixa de luz, uniforme e contínua, com separador composto por um vidro opalino. As vitrinas são estanques e seguras contra roubo e vandalismo. No seu interior encontram-se os equipamentos de controlo ambiental já referidos, que são visíveis do exterior, permitindo uma leitura fácil e imediata. O mobiliário interno (base, plintos e painéis), são construídos em aglomerado de madeira tratada, betumada e pintada a esmalte de poliuretano e tinta epoxy, tratando-se, portanto, de materiais inertes que não colocam em causa a conservação dos objectos. Sobre os plintos na face superior, encontra-se colocado um vidro opalino sobre o qual assentam os materiais expostos. O controlo ambiental é feito de forma continuada observando-se um conjunto de regras, também aplicadas às áreas de reserva, de forma a conservar os espaços adequados às colecções:

Regras gerais

1. Conservar os locais arejados e limpos
2. Eliminar a luz solar
3. Reduzir ao mínimo a incidência de luz artificial sobre os objectos
4. Manusear os objectos com luvas
5. Respeitar o local depósito de cada peça de forma a garantir a climatização definida de acordo com as características e necessidades das diferentes peças

Regras específicas das reservas

1. Conservar os acessos fechados
2. Utilizar a iluminação artificial durante o menor tempo possível
3. Proteger as peças de menores dimensões utilizando embalagens apropriadas, em espaços específicos
4. Conservar a identificação dos objectos de forma clara e visível no exterior das embalagens
5. O transporte das peças deverá preferencialmente ser efectuado em contentores adequados às suas características e dimensões
6. Respeitar o local depósito de cada peça de forma a garantir o acondicionamento original, definido de acordo com as características de cada peça

Sala da Pré-História – Sala de planta rectangular com cerca de 31m², com acesso através da Galeria/Corredor por uma porta lateral. Possui iluminação natural através de duas janelas estruturalmente idênticas às demais existentes no edifício. Caixilharias, apainelados, portadas internas e portas em madeira de castanho, com ferragens em ferro. O pavimento é em pinho tratado que se conserva em bom estado. Tecto plano, com 4,20 m de pé direito, em tabique, revestido a estuque.

Acolhe um acervo composto por materiais líticos, cerâmicos e metálicos.

Encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação anómala digna de registo, designadamente ao nível da cobertura, paredes, caixilharias, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas, equipamentos de segurança e de controlo ambiental.

Sala da Proto-História - Sala de planta rectangular com cerca de 94,55m². Possui acesso através do corredor por intermédio de duas portas laterais. A iluminação natural faz-se através de cinco janelas localizadas na face Este, sendo que três são estruturalmente idênticas às demais, uma adornada no interior por dois pequenos bancos em granito, e uma sem parapeito, recuada a face. As caixilharias, apainelados, portadas internas e portas de acesso ao corredor são em madeira de castanho, com ferragens em ferro forjado. O pavimento é em madeira de pinheiro que se conserva em bom estado. Tecto plano, com 4,20 m de pé direito, em tabique, revestido a estuque.

Globalmente, encontra-se em bom estado de conservação não se verificando nenhuma situação irregular, nomeadamente no que respeita à cobertura, paredes, janelas, portas, pavimentos, infra-estruturas eléctricas e equipamentos de segurança.

Sala da Romanização - Sala de planta rectangular com cerca de 101,74 m². Possui acesso através do corredor por intermédio de duas portas laterais que configuram o percurso dos visitantes. Possui iluminação natural através de três janelas, formal e estruturalmente idênticas às demais. As caixilharias, apainelados, portadas internas e portas são em madeira de castanho com ferragens em ferro. O pavimento é em madeira de pinheiro que se conserva em bom estado. No cômputo geral encontra-se em bom estado de conservação.

Sala da Idade Média - Sala de planta rectangular com cerca de 19,50 m². Possui acesso através do corredor principal por intermédio de uma porta central. Possui iluminação natural através de uma porta lateral de acesso a uma varanda

sobranceira ao terreiro que configura o adro da igreja. As caixilharias, apainelados, portadas internas e porta são em madeira de castanho, com ferragens em ferro forjado. O pavimento de madeira de pinheiro que se conserva em bom estado. A cobertura, em abóbada de berço, com um pé direito de 5,15m, constitui o natural prolongamento da cobertura do corredor.

5. Limpeza de espaços, equipamentos e acervo

5.1. Espaços e equipamento

A limpeza constitui, indiscutivelmente, a acção preventiva de maior significado para evitar a poluição o interior do Museu, considerando-se, portanto, um das acções de maior relevância nos procedimentos da conservação preventiva. A limpeza no MMAP é feita diariamente, utilizando produtos de menor toxicidade possível de forma a não colocar em risco as colecções, assim como as pessoas. Nos espaços públicos, é utilizada uma cera acrílica cuja aplicação se faz uma vez por mês. As vitrinas são limpas diariamente por fora e, mensalmente, por dentro.

Entre os procedimentos mais significativos adoptados na rotina da limpeza merecem registo os seguintes;

1. Proceder a limpeza das salas através da utilização de um pano ligeiramente húmido;
2. Utilizar produtos de menor toxicidade cuja composição não integre amoníaco;
3. A limpeza interna das vitrinas é feita a seco através de aspiração;
4. A limpeza das peças é feita com pano e pincel;

5.2. Reservas

A limpeza das reservas é feita mensalmente e é coordenada pelo responsável da gestão das colecções. Os procedimentos compreendem;

1. Remoção de peças e contentores dos locais de depósito para limpeza do espaço, estantes e armários;
2. Limpeza individual das peças e exame dos contentores
3. Substituição dos materiais que envolvem as peças se, eventualmente, estiverem danificados (papel *acid-free*);
4. Monitorização das substâncias reguladoras de humidade (*Artsorb*).

5.3. Acervos

A limpeza das colecções é efectuada tendo em conta a natureza dos materiais, o seu estado de conservação, resistência e historial. Dependendo dos factores anunciados são aplicados métodos e regras de intervenção específicas. Atendendo à natureza dos objectos que compõem o acervo a periodicidade da limpeza das reservas e do espólio que integra a exposição permanente é dissemelhante, assim como as regras básicas, variam de acordo com os princípios básicos da conservação preventiva.

5.3.1. Colecção de cerâmica

A cerâmica constitui, indiscutivelmente, o tipo de material de maior expressão na colecção do MMAP, constituindo cerca de 90% dos materiais do seu acervo. Como material inorgânico, apresenta exigências ambientais relativamente modestas, a que acresce o facto da totalidade dos materiais ser proveniente de escavações arqueológicas e, como tal, terem sido sujeitos a um tratamento prévio ao seu acondicionamento. Todavia, uma vez que os materiais expostos são em parte constituídos por peças restauradas, parcial ou integralmente, com reposição cromáticas, e que estes são particularmente susceptíveis ao toque que, em muitos casos, provoca a fissura dos materiais de reposição e respectiva pintura, o seu manuseamento implica alguns cuidados.

As peças cerâmicas são limpas com pano seco, ou, em determinados casos, com pincéis, de forma a evitar a acumulação de sujidade. No processo de limpeza observam-se as seguintes regras básicas:

1. Utilização de luvas de látex ou algodão;
2. Utilização de pincéis ou escovas macias na limpeza da superfície;

5.3.2. Colecção de metais

A colecção de metais é composta por objectos de bronze, ferro, prata e chumbo. Embora o processo de estabilização e tratamento das peças atribua uma certa resistência aos materiais, diminuído a sua susceptibilidade aos elementos nocivos que favorecem o seu processo de degradação, ao nível da limpeza são vários os cuidados a observar.

1. Utilização de luvas de látex ou algodão no manuseamento de forma a impedir o contacto directo entre as mãos e o objecto, protegendo-os de humidade, sais, ácidos e gorduras;
2. Não utilizar produtos comerciais de limpeza;
3. Utilização de pincéis ou escovas macias na limpeza da superfície;
4. Evitar a alteração do ambiente (humidade + temperatura), em que a peça se encontra por períodos prolongados

5.3.3. Colecção de vidros

A colecção de vidros do MMAP, embora quantitativamente pouco expressiva, tem importância no discurso expositivo, uma vez que documenta o surgimento da fabricação do vidro na região. O estado de conservação dos materiais não coloca especiais cuidados na sua manutenção, todavia, são observadas as regras básicas de manuseamento de objectos museológicos.

1. Utilização de luvas de látex ou de algodão;
2. Utilização de pincéis ou escovas macias;

5.3.4. Colecção de pedra

A colecção de líticos do MMAP não revela particulares cuidados de conservação uma vez que é composta por pedras de especial dureza, pouco porosas (arenito, quartzito, granito, anfibolito, sílex, xisto), e sem aplicação de policromias.

Os procedimentos utilizados são os seguintes;

1. Utilização de luvas limpas;
2. Utilização de pincéis ou escovas macias devendo os movimentos ser efectuados com pouca pressão e seguindo sempre a mesma orientação;

3. Utilização de aspiração controlada em áreas de maior porosidade para eliminação de pó.

6. Circulação de bens Culturais

6.1. Manuseamento

As boas práticas de manuseamento de bens museológicos constituem um dos factores que mais decisivamente contribuem para a conservação dos mesmos, tanto a médio, como a longo prazo. Em qualquer acção de manuseamento de bens museológicas, sejam integrados nas acções de rotina do Museu ou de carácter excepcional, deverá sempre ser elaborado um plano de acção detalhado, onde sejam estabelecidas regras de segurança, assim como deverá ser estabelecida a exigência de equipamento apropriado para o efeito. O estado de conservação das peças a manusear deverá ser criteriosamente analisada, assim como a sua ficha técnica de registo das acções de conservação de que foi alvo. Em situações de maior fragilidade devem ser observadas regras de manipulação específicas, devendo o processo ser acompanhado por um técnico de conservação e restauro.

Os materiais a utilizar deverão ser consentâneos com as necessidades ambientais a respeitar para cada objecto em particular.

1. Análise das peças a deslocar;
2. Identificar eventuais anomalias ou debilidades para definir um plano e regras de manuseamento;
3. Uso de luvas de algodão ou látex;
4. Providenciar o embalamento das peças a transportar em tabuleiros de forma a evitar o contacto entre elas ou entre os diferentes elementos da mesma peça;
5. As peças de maiores dimensões deverão ser acondicionadas de forma a evitar o contacto directo do objecto com o seu contentor, assim como a minimizar a trepidação do objecto;
6. O levantamento dos objectos deverá ser feito de forma cautelosa, abrangendo a maior área de superfície possível.

6.2. Circulação interna

Constituirá, porventura, a situação mais frequente, seja por questões de limpeza, estudo, registo fotográfico, desenho, de acções rotineiras de monitorização ou, simplesmente, por redefinição do discurso expositivo. Em qualquer dos casos deverão ser observados os princípios básicos definidos no ponto anterior (6.1.), para o manuseamento de peças.

6.3. Circulação externa

Por circulação externa compreende-se a acção de transporte de bens culturais realizada no exterior das instalações do MMAP. Esta operação geralmente envolve riscos significativos, mesmo quando executada por profissionais especializados. Entre as situações mais frequentes destacam-se - o manuseamento incorrecto, choque, vibrações, oscilações de temperatura e humidade, acidente, furto e incêndio. O conjunto de medidas minimizadores do impacte sempre negativo que estas operações acarretam deve ser definido em função da condição física do objecto e as suas debilidades. Os materiais de acondicionamento e embalagem devem ser definidos em função da natureza da peça, tipo de transporte e requisitos ambientais exigidos.

6.4. Regras básicas para o transporte

A deslocação de bens deve observar os seguintes procedimentos básicos:

6.4.1. Estudo prévio

Compreende a descrição detalhada do objecto, incluindo o seu histórico ao nível da conservação e restauro, registo das condições ambientais em que se encontrava e registo fotográfico. O estudo deverá compreender um conjunto de recomendações para o seu acondicionamento e transporte e, eventualmente, a execução de acções de conservação preventiva caso o objecto revele fragilidades que inviabilizem o seu transporte no imediato.

6.4.2. Análise das condições ambientais para onde se deslocam os bens culturais

As alterações das condições ambientais em que os objectos estabilizam constituem, sem dúvida, o factor que mais concorre para desencadear ou acelerar processos de degradação dos bens museológicos. Assim, o local de transferência do objecto deverá, na medida do possível, registar as mesmas condições ambientais (temperatura, humidade, luz), pelo que deverá ser feita uma análise prévia do local de forma a garantir condições estáveis e semelhantes ao local de origem. No caso de transportes de longa duração deverão ser monitorizadas as condições ambientais, designadamente no que respeita às amplitudes de variação.

6.4.3. Tipo de embalagens

A escolha criteriosa dos materiais de acondicionamento dos objectos a transportar constitui um dos aspectos mais importantes para garantir a sua segurança, assim como forma de precaver eventuais efeitos nocivos de média e longa duração. Os materiais de embalagem deverão ser macios, flexíveis, resistentes e não deverão absorver humidade. Cada objecto deverá ser embalado individualmente e colocado separadamente em caixa própria, ou em caixas de maiores dimensões, mas solidamente compartimentadas. A identificação da caixa deverá ser bem visível e devem conter informação relativa à sua fragilidade, tipo de objectos, orientação, endereços e, se possível, identificação fotográfica e referencia de catalogação.

6.4.4. Manuseamento e transporte

O manuseamento deverá obedecer aos princípios expresso no item 6.1.. O transporte, em geral, deve adoptar medidas que garantam a salvaguarda e a integridade dos objectos. Entre outros aspectos devem-se adoptar as seguintes medidas;

- 1) Proteger com reforço as arestas dos objectos;
- 2) Cobrir os elementos proeminentes;
- 3) Verificar e reforçar os pontos de apoio;
- 4) Colocar um suporte rígido na base;
- 5) Evitar vãos nas embalagens de forma a garantir o mínimo de oscilação possível;
- 6) Evitar o contacto entre os objectos;
- 7) Garantir as condições ambientais idóneas para os diferentes tipos de objectos a transportar;
- 7) Garantir a existência de um seguro de transporte e permanência;

7. Em síntese

O *Plano de Conservação Preventiva* do MMAP constitui o primeiro documento do género na sua recente história e representa um esforço importante na adopção de boas práticas de museologia, particularmente no que concerne às normas e procedimentos de conservação preventiva. A sua execução permitiu reflectir sobre a crucial importância da normalização de procedimentos e aplicação de protocolos de actuação na rotina diária do Museu, assim como constatar que existe um longo caminho a percorrer.

Santo Tirso

Museu Municipal Abade Pedrosa



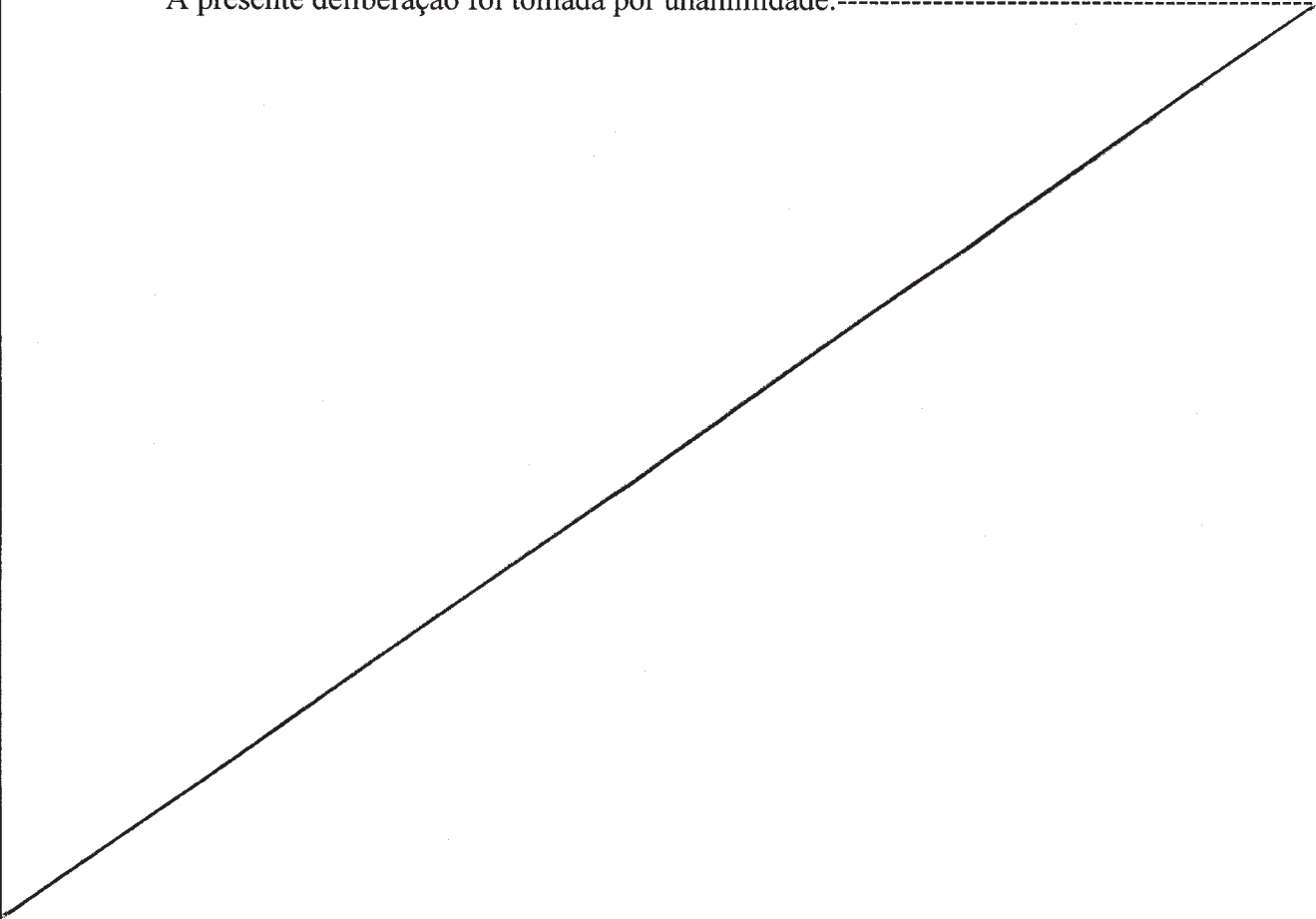
A
[Handwritten signature]

8. DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE PINTURAS – AGUARELAS DA AUTORIA DE AVELINO LEITE: ACEITAÇÃO-----

Presente informação de dezasseis do corrente mês de Novembro, do Chefe da Divisão do Património e Museus, registada com o número dezoito mil duzentos e quarenta e sete, a comunicar que foram oferecidas ao município de Santo Tirso dezassete aguarelas da autoria do artista Avelino Leite cujas características constam daquela informação.-----

A Câmara deliberou aceitar a doação das referidas obras de arte, para serem integradas na colecção de arte do município de Santo Tirso e registadas no inventário do Museu Municipal Abade Pedrosa.-----

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.-----





9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ENTIDADES GESTORAS DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PARA DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DOS RESPECTIVOS REFEITÓRIOS-----

Considerando que alguns refeitórios escolares estão a ser geridos por entidades que assumem as despesas com o funcionamento dos mesmos, o Senhor Vice-Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

A atribuição de um subsídio mensal, de Novembro de dois mil e sete, a Outubro de dois mil e oito, inclusive, às entidades abaixo identificadas, para custear as despesas com o funcionamento de refeitórios escolares, o que perfaz uma despesa no montante global de 233 160,00 € (duzentos e trinta e três mil cento e sessenta euros), sendo 38 860,00 € (trinta e oito mil oitocentos e sessenta euros) no ano económico de dois mil e sete, e 194 300,00 € (cento e noventa e quatro mil e trezentos euros) no ano económico de dois mil e oito.-----

- **Junta de Freguesia de Água Longa-----850 €**
(oitocentos e cinquenta euros) -----
- **Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Campinhos, Agrela -----820 €**
(oitocentos e vinte euros) -----
- **Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja, Areias 670 €**
(seiscentos e setenta euros)-----
- **Assoc. de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha, Burgães---600 €**
(seiscentos euros) -----
- **Assoc. de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrío, APEEEPT---980 €**
(novecentos e oitenta euros)-----
- Associação de Pais da Escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Entre-Estradas, São
Martinho do Campo-----200 €**



[Handwritten signature]

- (duzentos euros) -----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Quelha, S. Salvador do Campo-----680 €
- (seiscentos e oitenta euros) -----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B.1 J.I. de Parada, Carreira----700 €
- (setecentos euros) -----
- Associação de Pais da Escola Primária e Pré - Primária de Guimarei -----700 €
- (setecentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B.1 de Sobrecampos, Lamelas-----700 €
- (setecentos euros) -----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 JI de Quinchães-----700 €
- (setecentos euros) -----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária e Jardim de Infância da Igreja, S. Mamede de Negrelos-----970 €
- (novecentos e setenta euros) -----
- Associação de Pais da Escola EB1 JI da Rechã -----630 €
- (seiscentos e trinta euros) -----
- APEN - Associação de Pais das Escolas de Negrelos-----800 €
- (oitocentos euros)-----
- Associação de Pais dos Alunos do Jardim de Infância do Ribeiro Freguesia de Rebordões, Santo Tirso-----700 €
- (setecentos euros)-----
- Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos-----750 €
- (setecentos e cinquenta euros) -----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária n.º 1 de



Sequeirô -----	520 €
(quinhentos e vinte euros) -----	
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da EB1 J.I do Foral -----	930 €
(novecentos e trinta euros) -----	
- Assoc. de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos das Escolas Primárias de Areias -	900 €
(novecentos euros) -----	
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária das Pombinhas, S. Tomé de Negrelos -----	970 €
(novecentos e setenta euros) -----	
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária da Costa n.º 1	
Roriz -----	750 €
(setecentos e cinquenta euros)-----	
- Associação de Pais do Jardim de Infância de Boca -----	700 €
(setecentos euros) -----	
- Associação de Pais da Escola de Presa n.º 2 Vilarinho -----	1 250 €
(mil duzentos e cinquenta euros)-----	
- Associação de Pais da Escola E.B.1 e Jardim de Infância de Paradela -----	740 €
(setecentos e quarenta euros)-----	
- Associação de Pais da E.B.1 de Aldeia Nova Rebordões -----	700 €
(setecentos euros) -----	
- Associação de Pais da Escola de Redundo -----	520 €
(quinhentos e vinte euros) -----	

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



A
[Handwritten signature]

10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO A AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA DESPESAS COM O AQUECIMENTO DE ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO-----

Presente informação de vinte e dois do corrente mês de Novembro, da Divisão de Educação, registada com o número dezoito mil duzentos e quarenta e cinco, a sugerir a atribuição de subsídios, no montante total de 600,00 € (seiscentos euros), aos Agrupamentos de Escolas a seguir identificados.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir os seguintes subsídios:-----

- Agrupamento Vertical de Santo Tirso-----400,00 € (quatrocentos euros)
- Agrupamento Vertical de S. Martinho-----200,00 € (duzentos euros)

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



11. OUTROS SUBSÍDIOS-----

A) À JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES: PAVIMENTAÇÃO E ALARGAMENTO DA RUA CRUZ DE S. JOÃO: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

Presente officio de vinte e nove de Outubro findo, da Junta de Freguesia de Burgães, registado com o número dezassete mil e cinquenta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 20 000,00 € (vinte mil euros) para ajudar a custear as despesas com a obra acima referida, comparticipada pelos moradores no montante de 6 650,00 € (seis mil seiscientos e cinquenta euros).-----

A Divisão de Vias informa que a obra está concluída em condições aceitáveis e que o valor total dos trabalhos realizados, considerando o volume e natureza dos mesmos e os preços correntes no mercado, é de 31 291,05 € (trinta e um mil duzentos e noventa e um euros e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Burgães um subsídio no montante de 20 000,00 € (vinte mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



[Handwritten signature]

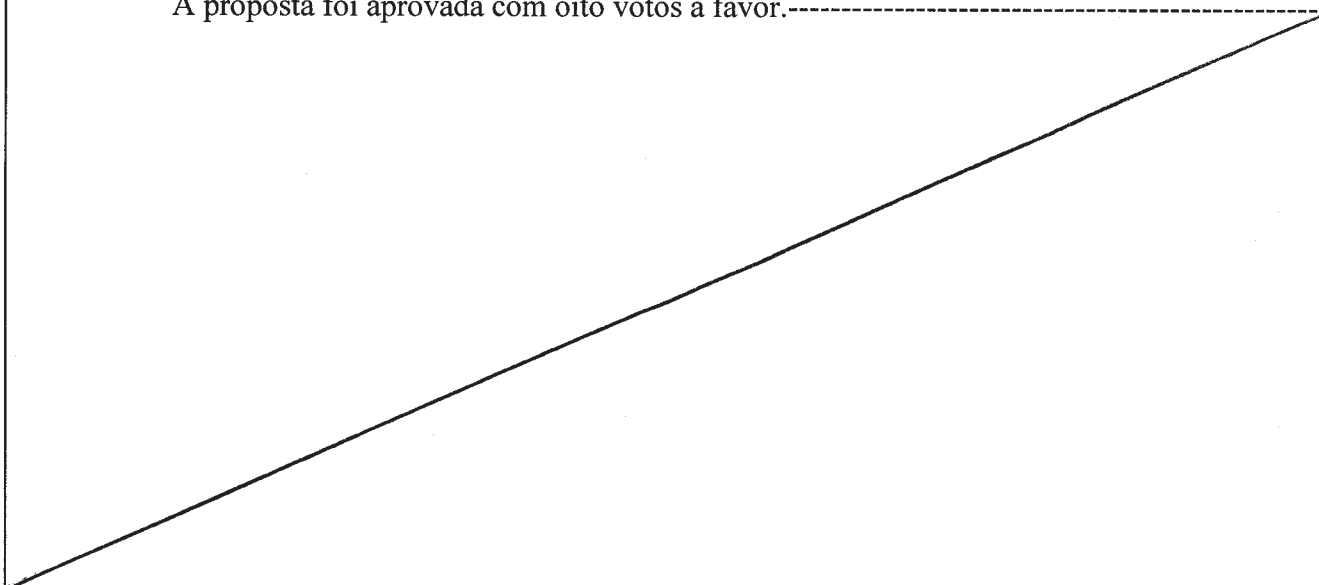
B) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ: CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIOS NO CEMITÉRIO: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício de catorze de Agosto último, da Junta de Freguesia de Roriz, registado com o número treze mil e trinta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a construção de ossários no cemitério de Roriz, ao preço unitário de 254,10 € (duzentos e cinquenta e quatro euros e dez cêntimos), com IVA incluído.-----

A Divisão de Edifícios informa que com a construção dos ossários o espaço do cemitério fica optimizado, sendo suficiente, numa primeira fase, a construção de setenta e dois ossários, cujo preço unitário apresentado é aceitável, desde que inclua o acabamento com colocação de porta em mármore ou granito e fechos.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Roriz um subsídio no montante de 18 295,20 € (dezoito mil duzentos e noventa e cinco euros e vinte cêntimos), com IVA incluído, para a construção de setenta e dois ossários no cemitério, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





A

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Onze horas, sem público presente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem setenta e seis folhas, apenas utilizadas no anverso, que eu

María Adriana Sáfio Pego

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Signature]

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 12/12/2007, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas dezassete da respectiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Pego